

2015 EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 7 - N.01
Janeiro de 2015
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ

Perspectivas para 2015

Vitor Peixoto e Nelson Goulart

Aldo Durán e Gustavo dos Santos

Adriano Oliveira

Cláudio Damin

OPINIÃO

Fernanda Vasques

RESENHA

Paulo Victor Melo e
Nerea Ramirez



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE
Aquilles Magide – UFPE
Arthur Leandro – Estácio de Sá
Bruno Dallari – UFPR
Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA
Denise Paiva Ferreira – UFG
Érica Anita Baptista – UFMG
Gabriela Tarouco - UFPE
Gustavo Venturi Júnior – USP
Helcimara de Souza Telles – UFMG
Heloisa Dias Bezerra – UFG
Julian Borba – UFSC
Letícia Ruiz – Universidad de Salamanca
Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Jornalista Responsável

Érica Anita Baptista

Equipe Técnica:

André Abreu
Hanna Simões

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e
Econômicas – IPESPE
Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ
Luiz Cláudio Lourenço – UFBA
Malco Braga Camargos– PUC-MINAS
Mathieu Turgeon – UnB
Rubens de Toledo Júnior – UFBA
Paulo Victor Melo - UFMG
Pedro Floriano Ribeiro - UFSCar
Pedro Santos Mundim – UFG
Silvana Krause – UFRGS

Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ
Luiz Cláudio Lourenço – UFBA
Malco Braga Camargos– PUC-MINAS
Mathieu Turgeon – UnB
Rubens de Toledo Júnior – UFBA
Paulo Victor Melo - UFMG
Pedro Floriano Ribeiro - UFSCar
Pedro Santos Mundim – UFG
Silvana Krause – UFRGS
Yan de Souza Carreirão – UFSC

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política – DCP
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte
Minas Gerais – Brasil –CEP:31.270-901
+ (55) 31 3409 3823
Email: revista.emdebate@yahoo.com.br
Facebook: Grupo Opinião Pública
Twitter: @OpPublica

As opiniões expressas nos artigos são de
inteira responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano VII, Número I, Janeiro 2015

SUMÁRIO

Editorial	5-7
Dossiê: Perspectivas para 2015	
• Vitor Peixoto e Nelson Goulart	8-19
Eleições presidenciais no Brasil de 2014: Políticas sociais e desempenho eleitoral	
• Aldo Durán e Gustavo dos Santos	20-25
Hegemonia política no Brasil sob o Governo Rousseff	
• Os consensos eleitorais nas disputas presidenciais	
Adriano Oliveira	26-32
• Cláudio Junior Damim	
Migração partidária na Câmara dos Deputados em 2013	33-49
Opinião	
• Raízes Históricas do Conceito de Opinião Pública em Comunicação	
Fernanda Vasques Ferreira	50-68

Resenha

- **Paulo Victor Melo e Nerea Ramírez** **69-74**
Segmented representation: political party strategies in
unequal democracies
- Colaboradores desta edição** **75-76**

EDITORIAL

Perspectivas para 2015

A edição de janeiro do periódico *Em Debate* traz como tema as “Perspectivas para 2015”, tendo como base as Eleições de 2014 e os fatores histórico-políticos que influenciaram nos resultados eleitorais, apresentando os diversos caminhos para os quais o Brasil pode seguir neste ano que se inicia. O contexto histórico torna-se essencial para analisar os impactos das mudanças na atual composição do governo e para demonstrar a importância da opinião pública no processo eleitoral.

Adriano Oliveira, professor da Universidade Federal de Pernambuco, apresenta em seu artigo “Os consensos eleitorais nas disputas presidenciais” os consensos eleitorais formados no período de 1994 a 2014. O cientista político afirma que na Era Collor teve-se o *consenso da liberdade de expressão*, na Era FHC, o *controle da inflação* e, na Era Lula, o *consenso inclusão social*. O autor discute qual seria o consenso formado pela Era Dilma, sendo o combate à corrupção e a retomada do crescimento econômico as principais demandas produzidas pelas Eleições Presidenciais de 2014.

Aldo Duran Gil, professor da Universidade Federal de Uberlândia, e Gustavo dos Santos Cintra Lima, professor da mesma instituição, no artigo “Hegemonia política no Brasil sob o Governo Rousseff” analisam o processo eleitoral de 2014, desvendando o caráter de classe do governo e a natureza da hegemonia política no Brasil.

Cláudio Júnior Damin, professor da Universidade Federal do Pampa, em “Migração partidária na Câmara dos Deputados em 2013”, analisa as características, o contexto e a natureza das migrações partidárias ocorridas em 2013 e suas repercussões. Com base a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral de 2007, que decidiu que o mandato de um agente político pertence à sigla a qual se elegeu e não aos candidatos individualmente considerados, o autor busca testar a hipótese de que as mudanças de partidos foram uma demonstração da ineficiência das regras eleitorais em evitar a histórica infidelidade partidária.

Vitor de Moraes Peixoto, pesquisador do Laboratório de Estudos do Estado e da Sociedade Civil, e Nelson Motta Goulart, mestrando do Programa de Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense, no artigo “Eleições presidenciais no Brasil de 2014: políticas sociais e desempenho eleitoral”, buscam encontrar indícios sobre as possíveis explicações dos resultados das Eleições de 2014. Utilizando dados socioeconômicos, políticos e geográficos municipais, os autores buscam fornecer elementos que possam servir de indícios e orientar investigações posteriores ao nível individual.

Na seção Opinião, Fernanda Vasques Ferreira, doutoranda em Comunicação da Universidade de Brasília, em seu artigo “Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação”, trata das origens do conceito de opinião pública em comunicação a partir de uma extensa revisão bibliográfica. Para tanto, a autora recorre a autores como Augras, Lippmann, Lazarsfeld, Steinberg, Spier e Tarde.

Na seção Resenha, os autores Paulo Victor Melo Teixeira e Nerea Ramírez, doutorandos em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais,

apresentam o livro *Segmented representation: political party strategies in unequal democracy* escrito por Juan Pablo Luna Farina, professor associado do Instituto de Ciência Política da Pontificia Universidad Católica de Chile. Na resenha, os autores enunciam os principais pontos discutidos por Luna Farina, como a relação de vínculo entre partidos e eleitores em países com alta desigualdade e também sobre a função do voto pragmático na segmentação do eleitorado em países da América Latina. Ao elucidar esses tópicos, Melo e Ramírez mostram como as estratégias de mobilização para a criação de vínculo partido-eleitores diferenciam-se e influenciam diretamente na representatividade.

VITOR DE MORAES PEIXOTO E NELSON MOTTA GOULART
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL DE 2014: POLÍTICAS SOCIAIS E DESEMPENHO
ELEITORAL

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL DE 2014: POLÍTICAS SOCIAIS E DESEMPENHO ELEITORAL

Vitor de Moraes Peixoto
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
✉ moraespeixoto@gmail.com

Nelson Motta Goulart
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
✉ nl.goulart@gmail.com

Resumo: Este breve ensaio trata da reeleição da Presidenta Dilma Rousseff nas eleições brasileiras de 2014. Busca-se encontrar indícios sobre as possíveis explicações para resultados das urnas. Destarte, utiliza-se dados socioeconômicos, políticos e geográficos municipais para testar hipóteses sobre os fatores associados à distribuição das votações dos principais candidatos.

Palavras-chaves: Eleições; Partidos; Competição Eleitoral; Geografia do voto

Abstract: This brief essay deals with the re-election of President Dilma Rousseff in the Brazilian elections of 2014. The aim is to find insights into the possible explanations for the results of the polls. Thus, we use socioeconomic data, local political and geographical to test hypotheses about the factors associated with the distribution of votes of the leading candidates.

Keywords: Elections; Parties; Electoral Competition; Geography vote

Introdução

Na sétima eleição presidencial no período pós-ditadura o Brasil presenciou quicá a mais intensa e emocionante campanha eleitoral. Até os últimos minutos

anteriores a divulgação dos resultados finais nenhum analista sério arriscaria um palpite sobre quem sairia vencedor. De fato, foi a vitória eleitoral com a menor diferença de votos, foram aproximadamente 3,4 milhões de votos que separam os vencedores dos derrotados.

Abertas as urnas, o que se pode afirmar sobre os votos que lá estavam? Por serem votos secretos as informações contidas nas urnas não são muitas, mas tampouco devem ser negligenciadas. Com o atual sistema de apuração e divulgação dos resultados, o Tribunal Superior Eleitoral brasileiro é capaz de gerar uma massa de dados que permite identificar a urna e a sua localização geográfica. Os votos lá contidos podem ter vindo de uma infinidade de locais, pois nem sempre os eleitores daquela urna residem próximo, e ainda que residam nada pode ser dito a seu respeito com total segurança. Entretanto, esses dados podem servir para uma primeira investigação e fornecer indícios relativamente a baixo custo se comparado aos dados de *surveys*. Inclusive podem e devem servir para orientar a construção de instrumentos nos questionários a partir de seus achados. Este é o principal objetivo deste ensaio empírico: fornecer elementos por meio de dados eleitorais agregados que possam servir de indícios e orientar investigações posteriores ao nível individual.

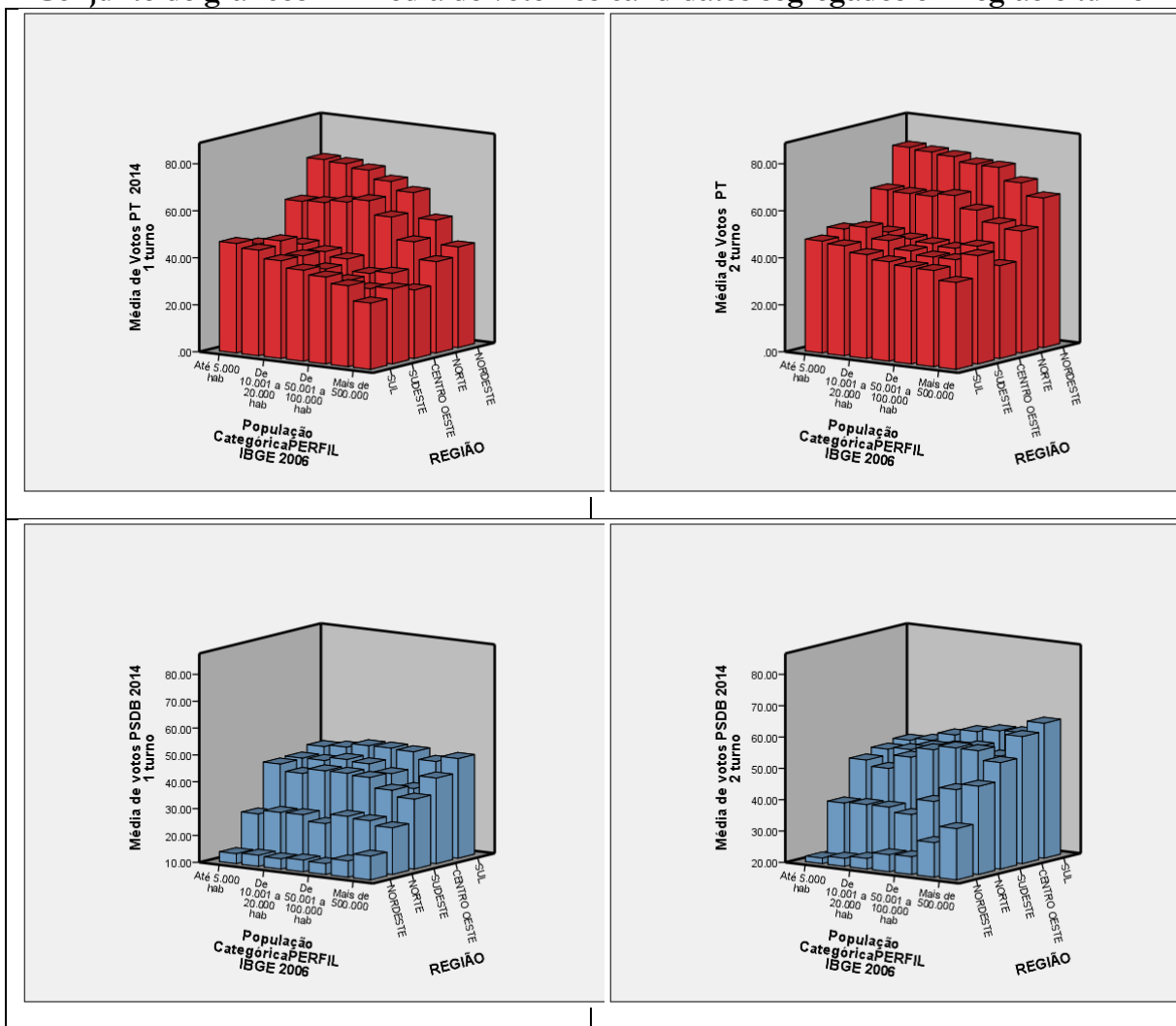
As regiões e os tamanhos dos municípios

Quicá, somente as eleições durante a República Velha tenham motivado tantas questões relacionadas às origens geográficas quanto estas de 2014. Ainda assim é de se duvidar da intensidade dos preconceitos como foram destilados contra os eleitores do nordeste do país. As divergências político partidárias decantaram geograficamente no Brasil, onde encamparam uma verdadeira campanha de intolerância contra aqueles que impuseram derrota fragorosa ao

candidato de oposição. Não obstante outros Estados fora da Região Nordeste, como o próprio Estado de origem do candidato, Minas Gerais, também tê-lo rejeitado nas urnas, foi naquela região onde ficaram mais distantes os resultados entre Dilma Rousseff do PT e Aécio Neves do PSDB.

Tamanha foram as diferenças que obrigaram a inversão da ordem das regiões nos gráficos abaixo para que fosse possível visualizar o desempenho médio dos candidatos nos municípios de diferentes tamanhos.

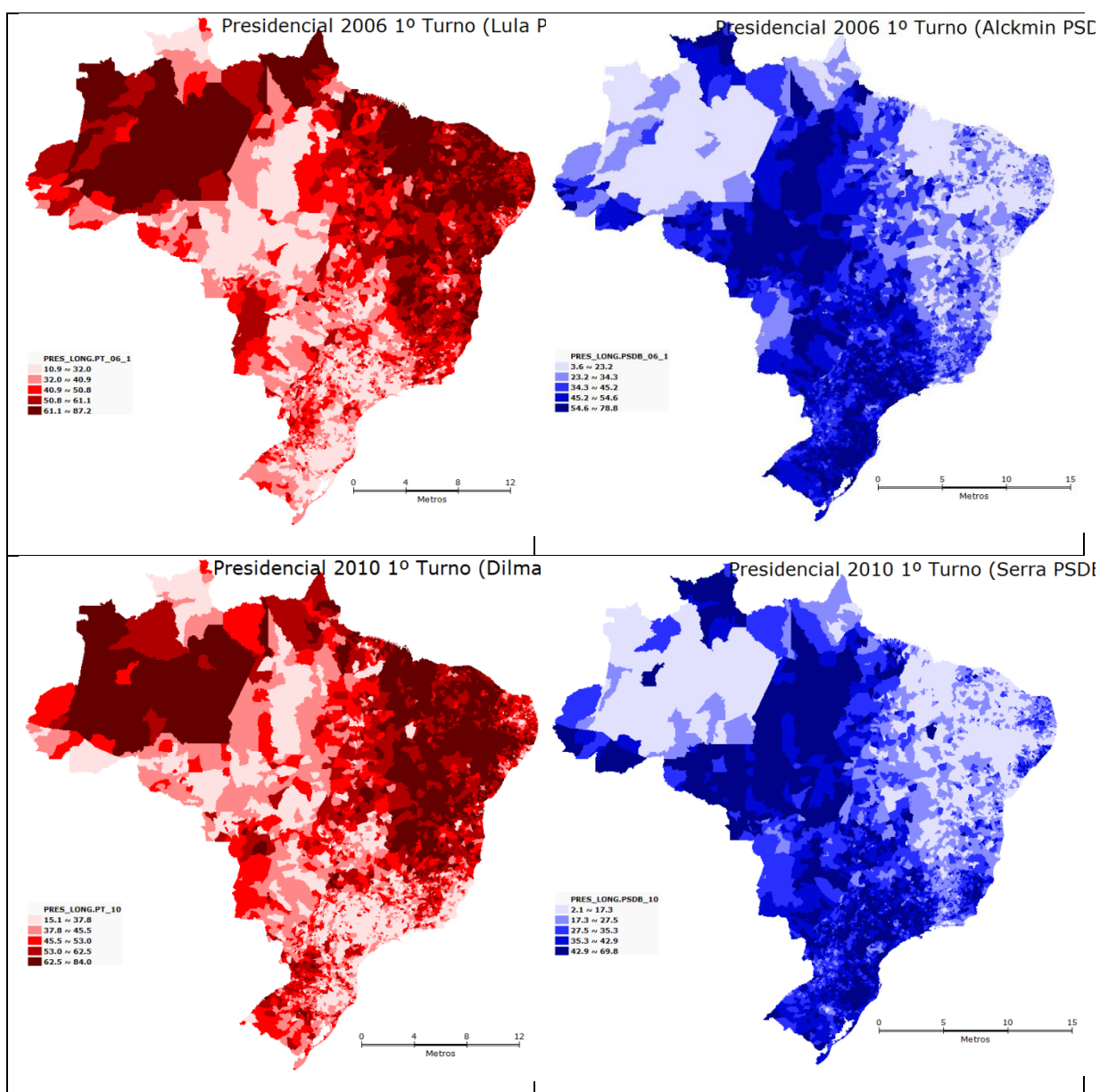
Conjunto de gráficos 1 – Média de voto nos candidatos segregados em região e turno

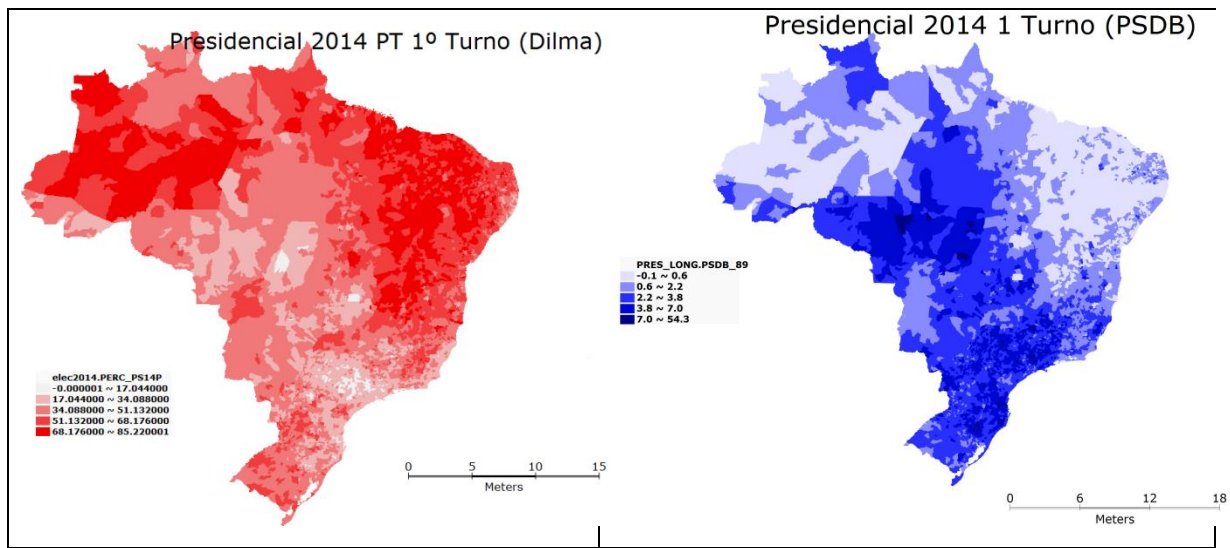


Fonte: TSE

As diferenças regionais são fortes, porém nada de novo no cenário eleitoral brasileiro. Como se pode observar nos mapas abaixo das competições anteriores, as disparidades já existiam mesmo nas eleições de 2006, quando um padrão geográfico começou a se definir. Por mais que elementos de preconceito tenham dado sinais de existência naquelas eleições, em nenhuma medida pode ser comparado ao que se observou em 2014.

Conjunto de gráficos 2 – Padrões geográficos de votos na eleição de 2014





Fonte: TSE

O fato da existência prévia de padrões geográficos não exime o analista de buscar as possíveis causas destes padrões. O que está por trás dessa distribuição especial? Quais as variáveis que podem explicar a concentração e dispersão desses votos? Que características tem em comum essas regiões e localidades que exibem semelhanças nos resultados eleitorais? Esse ensaio busca exatamente as possíveis respostas a estas perguntas, ainda que seja impossível respondê-las definitivamente com os dados e metodologias aqui empregadas.

Controle de prefeituras

Nas eleições de 1989, um grande veículo de imprensa contabilizava o apoio dos prefeitos aos candidatos às eleições presidenciais como forma de mensurar o poder de cada qual. O interior brasileiro foi tomado pelos analistas políticos como terras férteis para os “mandões” exercerem seus desígnios sem limites na ausência completa de competição e dominarem os votos advindos destas localidades, normalmente denominadas por “grotões eleitorais”. Controlar a

política local significaria automaticamente transferir aqueles votos para o candidato nacional.

Em 25 anos a competição eleitoral avançou sobre todo o território nacional. Nas eleições de 2006 e 2010, os candidatos do PT e PSDB tiveram em média menos (ou igual) votos nos municípios em que administravam a prefeitura do que nas administradas por seus adversários.

Vejamos como foram as votações dos três principais partidos em 2014. Tanto a candidata do PSB, Marina Silva, quanto Aécio Neves (PSDB) obtiveram melhores resultados nos municípios administrados por seus respectivos partidos. Entretanto, o mesmo não ocorreu com o desempenho da pleiteante, Dilma Rousseff, que obteve piores resultados nos municípios administrados pelo seu partido PT e pelo partido de seu Vice, Michel Temer, PMDB do que a média geral.

Tabela 1 - Médias das votações para Presidente 2014 nos municípios administrados pelos principais partidos

Partidos	Número de Prefeituras	PSDB 1º TURNO	PT 1º TURNO	PSB 1º TURNO	PSDB 2º TURNO	PT 2º TURNO
PMDB	1020	34.60	51.84	11.86	43.59	56.41
PP	469	37.78	50.13	10.52	45.88	54.12
PSB	438	22.96	58.28	17.17	34.07	65.93
PSD	497	29.29	56.06	13.06	38.87	61.13
PSDB	708	37.76	45.88	14.46	47.41	52.59
PT	633	34.15	51.23	12.86	44.65	55.35
Total	5568	32.81	52.26	13.23	42.27	57.73

Fonte: TSE

Destarte, as administrações locais parecem não ter tido mais capacidade para controlar os votos de seus eleitores. Fenômeno que já havia ocorrido nas eleições de 2006 e 2010, e que foi presenciado no pleito de 2014. Não se pode

afirmar que os mandatários das prefeituras influenciam determinadamente os resultados para as eleições nacionais.

Indicadores sociais

Um dos maiores desafios de se analisar dados socioeconômicos de unidades territoriais e correlacioná-los com dados eleitorais é que os primeiros têm uma produção mais lenta do que os segundos. Ou seja, ocorrem eleições com mais frequência do que se vai a campo colher dados socioeconômicos, e muitas vezes as datas não são coincidentes. No Brasil, a grande massa dos dados municipais é coletada a cada dez anos com os censos, já as eleições ocorrem a cada dois anos (no caso aqui em cada quatro anos por se tratar de ciclos presidenciais). Portanto, qualquer análise que pretenda utilizar dados dos municípios no intuito de compreender o que se passou numa eleição há de se fazer determinadas concessões e ter parcimônia nas conclusões.

Nesse sentido, esse ensaio lançou mão não somente dos dados do Censo de 2010, mas também comparou a evolução dos indicadores em relação aos dados de 2000 – ainda que nem todo o período tenha sido governado pelo PT, tampouco esse decênio compreendeu todo o período petista.

O que se pode observar é que quanto piores as situações socioeconômicas dos municípios, melhores eram as votações da candidata à reeleição, e quanto melhores eram aquelas condições melhores os desempenhos dos adversários, como já conhecido pelos analistas. Todavia, uma novidade se apontou, qual seja, ao analisar os dados estaticamente estava-se negligenciando a mudanças ocorridas no tempo que não são estocasticamente distribuídas no espaço. Municípios com condições diferentes evoluíram de distintas formas no decênio, fato que justifica indagar que possam influenciar os desempenhos dos candidatos. E foi o que

parece ter ocorrido: a candidata governista angariou proporcionalmente mais votos nos municípios que mais melhoraram suas condições socioeconômicas, como PIB, GINI, IDH-M, IDH-M Educação, IDH-M Longevidade, IDH-M Renda e, por fim, IDEB da rede pública (anos finais).

Tabela 2 - Correlações de Pearson

	PSB 1° Turno	PSDB 1° Turno	PT 1° Turno	PSDB 2° Turno	PT 2° Turno
PIB total municipal em 2011	,111**	.025	-,089**	,061**	-,061**
Evolução do PIB municipal de 2002 para 2011 (valores deflacionados jan2014)	,033*	-,138**	,117**	-,125**	,125**
GINI10	,042**	-,451**	,410**	-,415**	,415**
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010	,108**	,740**	-,773**	,758**	-,758**
Evolução GINI 2000 a 2010	,069**	-,223**	,176**	-,185**	,185**
Evolução IDH-M (2010-2000)	-,103**	-,654**	,685**	-,665**	,665**
Evolução IDH-M Educação (2010-2000)	-,103**	-,558**	,592**	-,565**	,565**
Evolução IDH-M Longevidade (2010-2000)	.019	-,578**	,549**	-,572**	,572**
Evolução IDH-M RENDA (2010-2000)	-,127**	-,458**	,509**	-,493**	,493**
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2000	,115**	,746**	-,782**	,765**	-,765**
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação 2000	,139**	,676**	-,727**	,699**	-,699**
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade 2000	-.020	,751**	-,718**	,740**	-,740**
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda 2000	,117**	,773**	-,810**	,804**	-,804**
IDEB Público 2013 Anos Finais (4ª e 8ª série)	-,159**	,586**	-,482**	,516**	-,516**
Evolução do IDEB 2013-2009	-.012	-,062**	,069**	-,069**	,069**

Fontes: Pnud, IBGE e Ministério da Educação

Visto que os indicadores sociais e suas respectivas evoluções estão relacionados de alguma forma as votações dos candidatos presidenciais, cabe investigar quais os mecanismos causais que ligam estas mudanças nos municípios às ações do governo federal, pois somente desta forma o ciclo se fecha, caso contrário os eleitores poderiam recompensar erroneamente governos centrais que

pouco tem a ver com os desempenhos locais. A hipótese que esse nexos causal seja exatamente as políticas sociais e transferências de recursos via convênios.

Políticas Públicas e Desempenho Eleitoral

Há formas das mais variadas para o Governo Federal despejar recursos em determinados municípios e regiões para além dos já previstos repasses constitucionais tal qual o FPM. As políticas públicas e os convênios assinados são formas eficientes desses recursos chegarem até os destinos desejados.

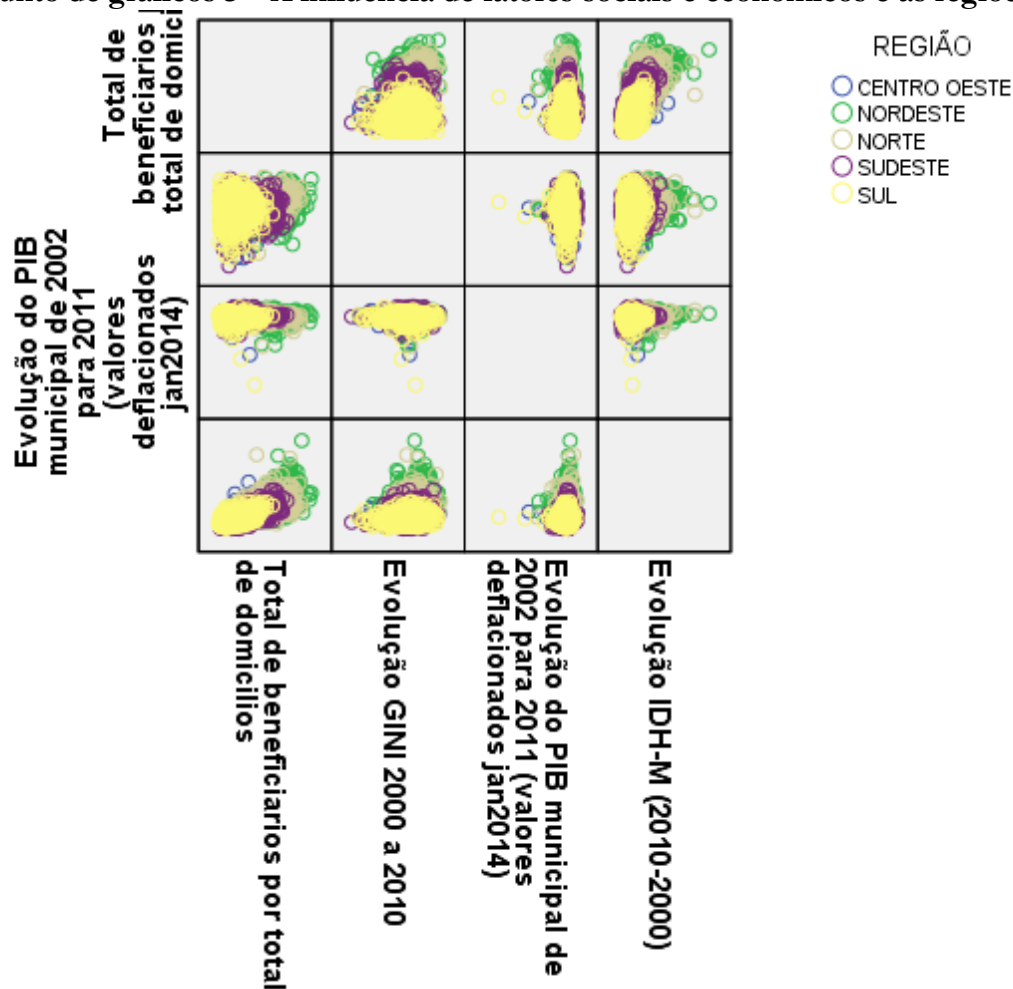
Os programas de combate à pobreza via transferência de renda é uma marca do Governo do PT que foi duramente combatida pela oposição nos primeiros anos e com intenso impacto eleitoral como já apreendido por vasta literatura. Nas eleições de 2014, assim como já havia sido ensaiado sem sucesso nas eleições de 2010, os partidos de oposição empreenderam uma lógica tentando assimilar o programa e até mesmo afirmar que haviam sido eles os “inventores” do Bolsa Família. Logo após abertas as urnas de 2010 os discursos mudaram e passaram a atacar o programa como se fosse um equivalente funcional da compra de votos. A estratégia se repetiu em 2014 durante a campanha, assim como os ataques após conhecidos os resultados.

Um dos objetivos deste ensaio é investigar se há relações entre a proporção de votos do PT com a proporção de beneficiários do Bolsa Família, e da mesma forma a covariação com indicadores do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). No mesmo sentido, também se dedica a analisar como as votações se correlacionam com as transferências negociadas de recursos federais

aos municípios, ou seja, quantidade de recursos que são transferidas a destinos desejados e acordados entre os administradores públicos.

Importante deixar claro, ainda que de forma repetitiva, que ao utilizarmos os dados agregados por municípios não pretendemos cometer qualquer inferência ao nível individual. Serão utilizados dados para os municípios, não para os indivíduos que recebem esses benefícios, seja do Bolsa Família seja do Minha Casa Minha Vida. Obviamente, não é demais imaginar que haja externalidades positivas para todos os indivíduos de um município com o maior número de beneficiários das transferências de recursos para aquela localidade.

Conjunto de gráficos 3 – A influência de fatores sociais e econômicos e as regiões



Fontes: Pnud, IBGE e Ministério das Cidades

Os modelos OLS sem controles de autocorrelação espacial

No intuito de explorar os dados de forma superficial a votação da candidata vitoriosa no 2º turno, foram construídos quatro modelos com quatro grupos de variáveis, quais sejam, primeiro as variáveis *dummies* de região e um controle inserido com o logaritmo natural da população. Em seguida, no modelo 2 foram incluídas as variáveis de IDH-M e Gini, correlacionadas de forma que quanto pior o desenvolvimento humano e mais desigual o município melhor será o desempenho da candidata do PT.

Como já observado anteriormente, a evolução destas duas variáveis no decênio importa ao terceiro modelo que as inseriu e, portanto, o desempenho foi como esperado: mantido constantes as características de desenvolvimento e desigualdade dos municípios, a melhora do IDH-M e a diminuição das desigualdades aumentam o desempenho da candidata à reeleição.

A última etapa foi incluir as variáveis de políticas públicas: o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e as transferências por convênios negociados. Somente esta última não teve significância. Entretanto, a transferência de renda e o programa habitacional foram estatisticamente significativos e com o sinal positivo como esperado.

Tabela 3 – Correlação entre o IDH e o desempenho da candidata Dilma Rousseff

Variável Dependente: % Votos Dilma 2º turno	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4	
	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.
(Constante)	63.566	0.000	116.197	0.000	100.751	.000	38.179	.000
REG.NORDESTE	30.587	0.000	17.490	.000	17.465	.000	8.511	.000
REG.SUDESTE	1.747	.009	3.644	.000	4.293	.000	3.518	.000
REG.SUL	-1.062	.123	3.146	.000	3.686	.000	4.645	.000
REG.NORTE	15.910	.000	4.416	.000	4.161	.000	.458	.549
Log_pop_2013	-1.848	.000	-.376	.011	-.351	.018	-.157	.265
GINI10			30.945	.000	36.969	.000	11.849	.000

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010	-	.000	-	.000	-17.047	.001
	118.180		105.352			
Evolução GINI 2000 a 2010			-6.137	.000	-3.407	.003
Evolução IDH-M (2010-2000)			9.654	.000	2.157	.198
Total de beneficiários por total de domicílios					.547	.000
Total de MCMV Concluída por total de domicílios					.225	.000
Total transferências de Convênios per capita (pop 2013)					.001	.624
R2	,582	,678	,681		,727	

Fonte: Autor

Considerações finais

Este ensaio buscou investigar as possíveis causas das distribuições geográficas dos desempenhos dos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2014. Com as limitações metodológicas que os dados agregados impõem foi possível identificar indícios importantes que merecem maior atenção futuramente. O principal achado é que as políticas públicas de proteção social que melhoram o desenvolvimento humano e diminuem as desigualdades econômicas são positivamente avaliadas pelos eleitores. Ao contrário do que as concepções preconceituosas apontam, os governantes parecem ser recompensados por políticas exitosas e punidos pelos fracassos tal como as mais importantes teorias normativas da democracia pressupõe. Longe de significar um fracasso do sistema político brasileiro, os dados apontam indícios de que o funcionamento absolutamente normal e esperado teoricamente.

HEGEMONIA POLÍTICA NO BRASIL SOB O GOVERNO ROUSSEFF

Aldo Duran Gil

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

✉ aduran@incis.ufu.br

Gustavo dos Santos Cintra Lima

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

✉ gsclima@ufu.br

Resumo: *Dando continuidade às reflexões feitas por ocasião da primeira eleição de Rouseff (Duran Gil, 2010), este artigo visa analisar brevemente o processo eleitoral de 2014, buscando desvendar o caráter de classe do governo em tela e a natureza da hegemonia política no Brasil atual.*

Palavras-chave: *Processo eleitoral, governo Rouseff, hegemonia política, Brasil.*

Abstract: *Following on the considerations made on the first occasion of Rouseff's election (Gil Duran, 2010), this article aims to briefly analyze the electoral process in 2014, seeking to unravel the government's class character on screen and the nature of political hegemony in Brazil today.*

Keywords: *electoral process, government Rouseff, political hegemony, Brazil.*

Uma rápida leitura do processo eleitoral de 2014 induz a conclusão de que seu resultado teria sido altamente surpreendente: uma luta eleitoral bastante acirrada e possibilidade real de derrota da candidata do PT pelo candidato do PSDB, denotando acentuada polarização entre esses partidos políticos. Por parte dos setores conservadores, tal leitura levou a certos políticos tucanos (entre eles FHC) que a reeleição de Rouseff teria sido um estelionato político e um processo ilegítimo num lamaçal de corrupção na Petrobras por parte do atual governo, acenando uma suposta crise política profunda (crise de hegemonia). Mesmo sendo inédito o fato de um candidato

a presidência no pós-1988 ter saído vitorioso com um pouco mais de 3% dos votos válidos, e que a candidata vitoriosa tenha reconhecido esse fenômeno com muita preocupação a tal ponto de convocar um diálogo nacional e abertura à oposição, não há nada de surpreendente nesse processo eleitoral. Este artigo visa analisar brevemente o processo eleitoral de 2014, buscando desvendar o caráter de classe do governo em tela e a natureza da hegemonia política no Brasil atual.

Nos âmbitos político partidário e acadêmico (no amplo espectro político-ideológico) proliferaram comentários e artigos sobre o processo eleitoral de 2014 e sobre a natureza geral do governo Rousseff. Para simplificar, a direita, comandada pelos tucanos, defende a tese justamente de estelionato político cometido pelo PT, cuja reeleição da atual presidenta se configura como ilegítima, desconhecendo o resultado das urnas, o que criaria as condições de uma manobra política ou golpe ao insuflar às massas populares e os setores médios, através da mídia oligopolista (com a Globo e Folha de S. Paulo à cabeça), ir para a rua e exigir impeachment da atual presidenta.

Já os setores da esquerda sindical e partidária (no amplo espectro político-ideológico) não tem uma tese que unifique suas posturas políticas e ideológicas em relação ao processo eleitoral e ao governo em questão. No interior do PT e partidos coligados aparece a tese segundo a qual o PT seria o único partido de esquerda no Brasil que teria a capacidade de mudança significativa a favor das massas populares e trabalhadoras, num contexto de crise da esquerda partidária, incapaz de elaborar programas propositivos que neutralizassem os setores dominantes e permitam a ascensão política das massas populares. Na verdade, os defensores dessa tese não passam de um bando de cães de guarda do partido governante que buscam manter laços de relações com o partido e o governo com o fim de obter status ou ganhos pecuniários imediatos, ou privilégios e oportunidades de todo tipo,

proporcionados pelo funcionalismo público: distribuição dos cargos públicos ou espólio. O que denominamos aqui clientelismo político (clientelismo cativo ou clientelismo aberto e solapado).

Talvez a tese geral seja a de que a candidata menos pior seria a Dilma, o que impossibilitaria a eleição do seu homólogo tucano, por isso no segundo turno certos partidos de esquerda fizeram intensa campanha pelo voto na candidata do PT; caso contrário, o conservadorismo, a direita recalcitrante, neoliberal, ascenderia ao poder governamental, aumentando a exploração da força de trabalho e piorando as condições de vida da classe trabalhadora. Tal pragmatismo eleitoral revelou a ilusão desses setores (que a história demonstra sobremaneira) na defesa da democracia burguesa ao considerar que a troca de comando do executivo significaria mudança substantiva a favor das massas populares, deixando intacto o domínio do capital e a estrutura do Estado burguês. Com efeito, não todos os setores da esquerda militante caíram nessa ilusão.

Para um setor do PT, dirigidos por M. A. Garcia, E. Sader, entre outros, o partido é considerado de “esquerda”, entendido como a consubstanciação das expectativas de mudança da sociedade brasileira, uma possibilidade histórica ímpar de transformação socioeconômica a favor das maiorias empobrecidas com base na democracia política – bem entendido, sem ruptura com a economia capitalista e mantendo intacta a estrutura do Estado burguês. Assim, seria de vital importância o controle da direção das instituições estatais e democráticas pelas massas populares. O que é entendido como hegemonia, embora a ambiguidade e contradição do conceito ou conceitos em Gramsci permitam essa leitura. Ora, não se trata de hegemonia, porém de aparelhamento, isto sim, com dose inusitada de autoritarismo por parte de um grupelho que reivindica a direção impondo-se sobre o resto ou sobre as bases, o que é demonstrado no dia a dia pelos agentes integrantes de diversos partidos e sindicatos de esquerda (nos âmbitos do movimento

estudantil, docente, operário etc.) envolvidos nesse tipo de prática política. Essa prática é também comum nos setores conservadores e de direita (de variados matizes) na maioria das instituições na sociedade capitalista, principalmente na esfera político-partidária e sindical; nada diferente do praticado pelo PSDB e PT durante seus respectivos governos. Do aparelhamento permanente à prática do clientelismo político ou à corrupção há um passo (privilégios salariais, nepotismo, peculato, desvio de verbas etc.), sendo a corrupção constitutiva do Estado burguês.

Outros militantes e ideólogos do PT entendem que o partido teria dado uma guinada à direita somente em novembro de 2014, no momento da nomeação dos novos ministros da candidata eleita. As principais pastas do futuro gabinete foram designadas a integrantes oriundos ou articulados às frações burguesas mais poderosas, e que em nada se diferenciariam das nomeações feitas pelo candidato do PSDB, caso este ganhasse as eleições. Basta mencionar os ministros da Fazenda (Levy, do Bradesco, denominado *Chicago boy*) e da Agricultura (K. Abreu, fazendeira e representante dos interesses do agronegócio) para mostrar que tais nomeações não contradizem a implementação da política estatal a favor do capital desde o governo Lula.

Curiosamente Boron (2014) também defende essa tese: o PT, que era de esquerda, ter-se-ia *direitizado* no momento da nomeação dos novos ministros, especialmente o da Fazenda, tendo Dilma capitulado, sem luta, diante das forças conservadoras do mercado, dominadas pelo capital financeiro internacional.

Em dezembro de 2010, por ocasião da primeira eleição de Rousseff, defendemos a tese segundo a qual a plataforma política do PT não se diferenciava, nos aspectos essenciais, da plataforma do PSDB (DURAN GIL, 2010). E ainda mais, caracterizamos o governo Lula como sendo neopopulista e neodesenvolvimentista, com traços neoliberais, ou populismo neoliberal, conforme sustentou Saes (2001, p.78). Nesse sentido, as concepções sobre os

governos Lula e Rousseff como sendo “neodesenvolvimentismo neoliberal” ou “Frankenstein neodesenvolvimentista de base neoliberal” de alguns autores apontam à caracterização feita por nós com base na análise feita por Saes.

Todavia, sustentamos que o governo Lula não rompeu com o neoliberalismo, embora o combateu no discurso e mesmo tendo paralisado temporariamente as privatizações, nenhuma empresa privatizada foi revertida, reestatizada ou nacionalizada. Por fim, o processo de privatização iniciado no governo FHC, que teve índices elevados de violência, significando “o reforço do executivo sobre o parlamento e a proliferação das medidas provisórias com caráter *legiferante*, configurando uma democracia representativa com alta dose de autoritarismo civil” (DURAN GIL, 2010, p.25)¹. A retomada das privatizações no governo Rousseff, mesmo que tímidas, acompanhadas de concessões bilionárias às empreiteiras dominantes para viabilizar o PAC e as obras sobretudo da Copa do Mundo de 2014, demonstraram a ação altamente violenta do executivo (em conivência com o parlamento e o judiciário) contra as manifestações populares que colocaram em questão o processo de privatização e de concessões bilionárias, em detrimento do transporte, educação e saúde públicos. Isso sem falar das concessões também bilionárias às firmas petrolíferas estrangeiras dominantes, que curiosamente não aparecem no atual escândalo da Petrobras. O que foi demonstrado tanto no levante de junho de 2013 e ao longo desse ano, quanto nos protestos do ano seguinte e durante a realização da Copa, mesmo que tais protestos acabaram sendo capitalizados pelos setores conservadores.

Em suma, a conjuntura presente, o momento político atual no Brasil sob o governo Rousseff revela tendências estruturais de médio e longo prazos, desde 1988, sobretudo desde o governo FHC, cujos traços essenciais conotam não uma crise de hegemonia, mas a reorganização do bloco no poder patenteadada na ascensão política de uma fração da burguesia interna, o grande

¹ Errata: a palavra grifada (*legiferante*) é a correta, e não “beligerante” conforme aparece no texto citado.

capital bancário interno, que compartilha a direção do sistema hegemônico junto com a burguesia associada (burguesia industrial exportadora) e o agronegócio. Essa tese é sustentada por Saes num artigo recente, para quem os governos do PT teriam concretizado, através da política de Estado, a hegemonia política de um grupo capitalista plurifracional: o grande capital bancário interno, sem deixar de considerar completamente outros interesses de fração como os da burguesia industrial exportadora e os do *agrobusiness* (SAES, 2014, p.118). Assim, pode se entender a emergência, “de modo intermitente, situações de disputa política envolvendo essas duas frações [burguesias associada e interna]. O processo eleitoral nacional tem sido, desde 2002, o palco principal dessa modalidade de disputa política” (SAES, 2014). O pleito eleitoral de 2014 revela a intensidade dessa luta política.

A luta pela punição ou não dos corruptos e corruptores no atual escândalo da Petrobras (e outros que podem aparecer em outras empresas ou setores estatais), impulsionada pela pressão dos partidos da oposição e pela mídia oligopolista, revela a disputa política acima mencionada, não colocando em xeque a dominação burguesa ou a hegemonia política do grupo capitalista plurifracional. A não ser que o impacto do aumento da crise de representação dos partidos dominantes, da intensificação da crise econômica e do agravamento da corrupção obriguem as massas populares e setores médios a partir para a luta nas ruas, colocando em xeque essa hegemonia política.

Bibliografia

BORON, A. Dilma: capitulación y después. *Rebellion*, edição de 1/12/2014. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=192633>

DURAN GIL, A. Reflexões sobre as eleições presidenciais no Brasil em 2010. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.2, n.12, dez 2010. Disponível em: http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/004_%20artigo%20opinio%20aldo%20duran%20EBH.pdf

POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1968.

SAES, D. *República do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SAES, D. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, M. (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

OS CONSENSOS ELEITORAIS NAS DISPUTAS PRESIDENCIAIS

Adriano Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
✉ adrianopolitica@uol.com.br

Resumo: *Quais os consensos eleitorais observados no período de 1994-2014? Este artigo responde a estas perguntas. A tese do consenso eleitoral é construída através das seguintes premissas: 1) Eleitores produzem consensos eleitorais, os quais são advindos das suas demandas; 2) A cada novo consenso, uma nova geração de eleitores surge; 3) Presidentes da República incentivam a produção de consensos. Portanto, os consensos eleitorais estão presentes nas disputas presidenciais.*

Palavras-chave: *Consenso eleitorais; 1994 a 2014; Collor; FHC; Lula; Dilma.*

Abstract: *Which electoral consensuses were observed in the period 1994-2014? This paper answers these questions. The thesis of the electoral consensus is built using the following assumptions: 1) Voters produce electoral consensuses, which are arising from their demands; 2) At each new consensus, a new generation of voters arises; 3) Presidents of the Republic promote the production of consensuses. Therefore, electoral consensuses are present in presidential races.*

Keywords: *Electoral consensuses; 1994 to 2014; Collor; FHC; Lula; Dilma.*

Introdução

Na análise das escolhas eleitorais é necessário verificar a presença de consensos entre os eleitores. As escolhas dos sufragistas sugerem consensos majoritários e minoritários. O consenso majoritário é representado pelo candidato vencedor. O consenso minoritário é representado pelo perdedor. As eleições presidenciais sugerem a presença de consensos entre os eleitores.

São os eleitores que produzem consensos. A cada eleição presidencial é possível encontrá-los. São as gerações de eleitores que produzem consensos. Nesse sentido, as gerações de eleitores produzem novos consensos, os

reproduzem ou os abandonam. Então, as demandas dos eleitores criam ou reproduzem consensos. A produção de novo consenso significa o surgimento de outro. Mas não, necessariamente, o abandono por parte dos eleitores do consenso anterior. Então, o consenso inicial é aglutinado a um novo.

Por outro lado, consensos podem ser reproduzidos. A referência para distinguir as gerações de eleitores e novos consensos são as eleições presidenciais. A eleição pode produzir ou não novas gerações de eleitores e novos consensos.

Se não surgirem novos consensos, não surgem novas gerações de eleitores. Os presidentes da República são sujeitos incentivadores da origem de novos consensos. Eles também podem reproduzir sistematicamente o consenso produzido pelo presidente anterior. Ou romper com o antigo consenso e produzir outro. *Quais os consensos produzidos nas eras Collor, FHC, Lula e Dilma?*

Os consensos das Eras

O impeachment de Fernando Collor representou a origem do primeiro consenso após o restabelecimento da eleição direta para presidente da República. Os brasileiros foram às ruas pedir o impedimento de Fernando Collor como presidente da República. Collor foi impedido de governar e o consenso surge. Tal consenso é representado pelas manifestações em prol do impeachment.

A liberdade de expressão dos órgãos de comunicação e dos brasileiros contribuiu para a origem do consenso. Os eleitores que foram às ruas pedir o impedimento de Collor sugeriram a origem de nova geração de eleitores ávidos por liberdade e pelo direito de reclamar. Portanto, o primeiro consenso originado na curta Era Collor foi o exercício da liberdade de expressão, o qual classifico de *consenso da liberdade*.

A Era FHC possibilita a origem de novo consenso. Porém, sem o abandono do consenso nascido na Era Collor. O Plano Real, criado no governo Itamar Franco pelo então ministro da Fazenda FHC, possibilitou a conquista da presidência da República por parte do PSDB. O Plano Real motivou os eleitores a votar em FHC (SINGER, 2000).

O Plano Real domou a inflação. Os brasileiros, antes deste Plano, conviviam com a perene variação positiva dos preços de quaisquer produtos. Não existia a possibilidade de previsão orçamentária, pois as altas taxas de inflação não permitiam. A incerteza financeira caracterizava o comportamento do consumidor e do setor produtivo. O Plano Real em razão do controle da inflação arrefeceu a incerteza financeira.

Qualifico o consenso criado pela era FHC de o *controle da inflação*. Novos eleitores elegeram e reelegeram Fernando Henrique em virtude da estabilidade monetária. Esta nova geração de eleitores chegou à eleição presidencial de 2002 disposta a não romper com os consensos produzidos pelas Eras Collor e FHC. Tal hipótese é factível, pois Luis Inácio Lula da Silva (PT), no transcorrer da campanha presidencial de 2002, apresentou a opinião pública a Carta aos Brasileiros.

A Carta aos Brasileiros representou o compromisso do PT e do candidato Lula com os pilares econômicos da Era FHC. Controle da inflação e equilíbrio fiscal (parcimônia com os gastos públicos) foram os compromissos assumidos por Lula para com os eleitores e o mercado. A Carta era necessária, pois existia a suposta ameaça, advinda de declarações de parte do setor produtivo, de que a vitória de Lula representaria o fim do Plano Real. Portanto, a Carta aos Brasileiros foi necessária para o sucesso eleitoral de Lula.

Lula incorpora o controle da inflação aos seus atos de governo. E cria novos atos. A expansão do programa Bolsa Família e a criação de novos programas sociais, como o ProUni e Luz para Todos. A expansão da oferta de

crédito para as pessoas através dos bancos públicos, a redução dos juros e o aumento do salário mínimo foram ações no âmbito econômico. Essas ações possibilitaram o aumento do consumo e o crescimento econômico. E o sucesso eleitoral de Lula (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2014).

As ações nos âmbitos social e econômico permitiram que o Brasil apresentasse na Era Lula reduzidas taxas de desemprego e variação positiva da renda, em particular das classes C e D. Tais consequências provocaram o surgimento do termo “Nova classe média”. Opto por afirmar que as ações do governo Lula possibilitaram a origem de novos consumidores (POCHMAN, 2014).

A Era Lula criou entre os eleitores o *consenso da inclusão social*. Esse consenso advém do desempenho positivo do governo Lula nos âmbitos social e econômico. O *consenso da inclusão social* condicionou o sucesso eleitoral de Dilma Rousseff na eleição presidencial de 2010 (PEIXOTO; RENNÓ, 2012)¹. Dilma, ao contrário de FHC e Lula, não criou novo consenso. A reprodução dos consensos originados nas Eras Collor, FHC e Lula são as características da primeira Era Dilma.

A proposição apresentada adquire sustentação em virtude do resultado da última eleição presidencial. Na disputa presidencial de 1994, o candidato FHC (PSDB) obteve 54,28% dos votos válidos contra 27,04% de Lula (PT). Em 1998, FHC é reeleito com 53,06% dos votos válidos. Lula obtém 31,71%.²

Na eleição de 2002, Lula (PT) vence a eleição no segundo turno com 61,27% dos votos. E Serra (PSDB) obtém 38,72%. Lula é reeleito em 2006 no segundo turno com 60,83%. O seu opositor, Geraldo Alckmin (PSDB), conquista 39,17% dos votos. Dilma Rousseff (PT) é eleita em 2010 no

¹ De acordo com Peixoto e Rennó (2012), parte dos eleitores reconhece a mobilidade social ocorrida na Era Lula. Em razão disto, optam por votar em Dilma Rousseff.

² Todas as porcentagens eleitorais apresentadas a seguir referem-se a votos válidos.

segundo turno com 56,05%. E Serra (PSDB) obtém 43,95%. Dilma é reeleita em 2014 com 51,58%. E Aécio Neves (PSDB) conquista 48,42% dos votos.

O crescimento de eleitores prol Lula é a característica eleitoral da Era FHC. Tal crescimento é observado nas disputas eleitorais de 1994 e 2002. FHC não diminui fortemente o seu percentual de votos nas disputas de 1994 e 1998. Porém Lula, em 2006, é reeleito com menor percentual de votos. Em 2010, Dilma é eleita, com o apoio de Lula, com menor percentual de eleitores do que o obtido por Lula em 2006. Dilma é reeleita em 2014 com percentual de votos menor do que em 2010.

Por outro lado, o PSDB, a partir de 2006, ano da reeleição de Lula, começa a crescer eleitoralmente. Ao contrário do PT, o qual declina. Portanto, observo que o *consenso controle da inflação*, originado em 1994, possibilitou o sucesso eleitoral de FHC (SINGER, 2000). Tal consenso foi incorporado por Lula, o qual lhe possibilitou, além do desgaste de FHC entre os eleitores, o seu sucesso eleitoral (CARREIRÃO, 2002).

O *consenso inclusão social*, surgido em 2002, contribuiu para o sucesso eleitoral de Lula em 2006 e o de Dilma em 2010 e 2014. Mas a não contemplação de novos consensos por parte de Dilma Rousseff possibilitou que o percentual de eleitores conquistados por ela tenha sido menor do que o de Lula à época em que ele foi eleito e reeleito presidente (SINGER, 2010). Desse modo, indago: que *parcela dos eleitores está à procura de alguém que contemple novos consensos? Quais os novos consensos?*

O novo consenso e o futuro da Era Dilma

Consenso advêm de demandas eleitorais. Retomada do crescimento econômico, controle da inflação e combate à corrupção são as novas demandas dos eleitores. Essas demandas estavam presentes, inclusive, nos discursos dos candidatos da oposição, em particular do principal competidor, Aécio Neves (PSDB), na última competição presidencial.

As demandas da disputa presidencial de 2014 são os principais desafios do futuro governo Dilma. A contemplação satisfatória desses desafios ofertará condições para a permanência do PT no poder. No caso, o PT vencer, mais uma vez, a eleição presidencial de 2018. O insucesso na contemplação dos desafios apresentados contribuirá para o sucesso eleitoral do PSDB ou outro partido.

A retomada do crescimento econômico depende da ampliação do diálogo entre Dilma e o setor produtivo. Além de política fiscal que agrade o mercado. Caso esses dois eventos ocorram, o “espírito animal” do setor produtivo voltará, pois a presidente atenderá às demandas do setor. O controle da inflação depende, necessariamente, da política fiscal. Portanto, crescimento econômico e controle da inflação são desafios que poderão ser contemplados com sucesso por ações semelhantes da presidente Dilma Rousseff.

Prevejo que o combate à corrupção será tarefa árdua para Dilma Rousseff, pois os fatos trazidos até o instante pela Operação Lava Jato, conduzida pela Polícia Federal, mostram que foi criado um consórcio entre empresários e políticos em torno da Petrobrás. O consórcio atuou, segundo a Polícia Federal, como instituição extrativista e distributiva.³ Inicialmente, ocorria a extração de recursos públicos de modo ilícito, e em seguida a distribuição entre membros do consórcio.

Quais os atores participantes do consórcio? Como se comportará a oposição e a presidente Dilma diante das denúncias da Operação Lava Jato? Os atores, de acordo com a imprensa, são de vários partidos. Então, a formação da coalizão partidária ocorrerá sem turbulências negativas, as quais, caso ocorram, poderão interferir negativamente no desempenho do governo

³ Sobre tais termos Cf. Acemoglu e Robinson, 2012.

Dilma? A diversidade da cor partidária dos atores envolvidos enfraquecerá o discurso da oposição contra a presidente?

Caso o governo Dilma Rousseff conquise apoio no Congresso para o seu governo e a oposição tenha seu discurso enfraquecido, a presidente estará em condições de superar com sucesso os desafios apresentados e com isto contemplar as demandas dos eleitores para a consolidação do novo consenso, o qual denomino de *consenso econômico-moral*.

Bibliografia

- ACELMOGU, Daron; ROBINSON, A. James. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Tradução de Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- OLIVEIRA, Adriano; GUIMARÃES, Djalma. In: OLIVEIRA, Adriano (Org). *Quais as variáveis econômicas que explicam os índices de aprovação e confiança nos presidentes? Eleições não são para principiantes – Interpretando eventos eleitorais no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2014.
- PEIXOTO, Vitor; RENNÓ, Lúcio. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião pública*, Campinas, v. 17, n. 2, nov. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762011000200002>>. Acesso em: 6 fev. 2012.
- PORCHMANN, Marcio. *O mito da classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 2000.
- SINGER, André. As raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, n. 85, p. 82-103, dez. 2009. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/acervo/acervo_artigoasp?idMateria1356>. Acesso em: 14 fev. 2010.

MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2013

Cláudio Júnior Damin
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
✉ superdamin@terra.com.br

Resumo: O artigo analisa as características, o contexto e a natureza das migrações partidárias ocorridas no segundo semestre de 2013 na Câmara dos Deputados. Mostra-se que as migrações de 2013 foram uma demonstração da ineficiência das regras eleitorais (notadamente da Resolução do TSE) em conter o histórico impulso de infidelidade partidária de boa parte da elite política brasileira.

Palavras-chave: Câmara dos Deputados, Migração partidária, Eleições 2014.

Abstract: This paper analyzes the characteristics, the context and the nature of party migrations occurred in the second half of 2013 in the Brazilian House of Representatives. We show that migrations of 2013 were a demonstration of the inefficiency of electoral rules to contain the historical impulse of weak party loyalty of most of the Brazilian political elite.

Key words: Brazilian House of Representatives, Party migration, Elections 2014.

Introdução

A migração partidária na Câmara dos Deputados é um fenômeno endêmico da democracia brasileira desde o início da Nova República (MAINWARING, 2001; MELO, 2004) e que se presumira minorado a partir da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2007 que decidiu que o mandato de um agente político pertence à sigla a qual se elegeu e não aos candidatos individualmente considerados.

É bem verdade que em razão de mudanças de partido político consideradas pelo Tribunal como injustificadas alguns parlamentares tiveram seus mandatos revogados com a consequente convocação do suplente do partido ou da coligação. A migração, contudo, permaneceu uma realidade

entre a classe política brasileira. A regra eleitoral, neste caso, foi realmente incapaz de impedir novas ondas migratórias.

A própria diretiva do TSE abriu caminho para que a endemia da migração partidária tivesse prosseguimento no sistema político brasileiro. Trata-se do dispositivo segundo o qual a fusão de partidos ou a criação de uma nova legenda autoriza que deputados possam migrar para outras agremiações sem que tenham seu mandato contestado por suas antigas legendas pelas quais se elegeram (CRUVINEL, 2013).

Foi dentro dessas condições que, em 2011, com a criação do PSD, observou-se uma grande revoada de políticos, especialmente do Democratas, para essa legenda então criada por articulação do então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Acossados pela legislação, a criação de partidos acabou constituindo-se como uma alternativa viável e pouco custosa para que deputados insatisfeitos pelas mais distintas razões com seus partidos pudessem migrar impunemente.

É dentro desse quadro que ocorreu, mesmo após a Resolução do TSE, uma segunda grande onda migratória que abarcou mais de 10% da Câmara dos Deputados. Ela ocorreu entre a segunda quinzena de setembro até a primeira semana de outubro de 2013, um ano pré-eleitoral. Desta vez, dois novos partidos concentraram as atenções, o Solidariedade (SD) e o PROS, cujas criações foram aprovadas pelo TSE poucos dias antes da data limite, prevista pela Lei Eleitoral, de um ano prévio de filiação partidária para postulantes a cargos eletivos. É essa segunda grande onda pós-decisão sobre fidelidade partidária do TSE que iremos examinar ao longo do artigo.

O objetivo do artigo é analisar as características, o contexto e natureza das migrações ocorridas no segundo semestre de 2013. Para tanto foi confeccionado, a partir de dados disponíveis no *site* da Câmara dos

Deputados, um banco de dados com informações sobre todos os 67 parlamentares migrantes.

A partir deste banco foi possível trabalhar com uma hipótese que assevera que as migrações de 2013 foram uma demonstração da ineficiência das regras eleitorais (notadamente da Resolução do TSE) em conter o histórico impulso de infidelidade partidária de boa parte dos parlamentares brasileiros. Elas mostram, em alguma medida, o “jeitinho” dado pelos congressistas para burlar o instituto da fidelidade partidária, potencializar suas chances de reeleição e de promoção na carreira sem arcar com o ônus de perder seu mandato.

A safra migrante de 2013

Um primeiro aspecto a ser analisado é o *timing* das migrações. O conhecido estudo de Melo (2004) já acentuava que as migrações partidárias, no período analisado pelo autor, se concentravam no primeiro e terceiro ano da legislatura. Note-se que o terceiro ano é o momento pré-eleitoral. O estudo de Freitas (2012, p.980) de igual modo identificou que, “entre 1995 a 2007, cerca de 70% das trocas de legenda ocorreram nos períodos pré-eleitorais e nos períodos pré-distribuição dos cargos em comissão”. A exigência de filiação obrigatória um ano antes da disputa eleitoral por parte da Lei 9.504/97 fortaleceu as migrações no ano anterior às eleições. Em 1997, conforme destaca Freitas (2012), a migração acentuou-se entre setembro de outubro, alcançando 50 deslocamentos de parlamentares.

As migrações de 2013 enquadram-se precisamente nesse tempo de migração, ou seja, entre setembro e outubro de um ano pré-eleitoral. Trata-se aqui de uma confirmação dos estudos anteriores, mesmo que agora exista uma diretiva da Justiça Eleitoral exercendo controle sobre as mudanças de partido.

Do total dos migrantes, conforme mostra a primeira tabela, 44.8% eram deputados federais em seu primeiro mandato e 25.4% de segundo mandato. A maioria das mudanças, portanto, concentra-se nesses parlamentares com pouca experiência na Câmara. Os mais experientes, por sua vez, contribuíram pouco para a safra migrante de 2013. É interessante notar que a predisposição para migrar seja especialmente cultivada pelos deputados principiantes, sendo eles supostamente os mais insatisfeitos com seus partidos.

Tabela I - Número de mandatos dos deputados migrantes (%)

Mandato	Migrantes
Primeiro mandato	44,8 (30)
Segundo mandato	25,4 (17)
Terceiro mandato	14,9 (10)
Quarto mandato	6,0 (4)
Quinto mandato	6,0 (4)
Sexto mandato	1,5 (1)
Décimo mandato	1,5 (1)
Total	100,0 (67)

N= 67

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor.

Os dados agregados da Tabela II mostram que do total de migrantes 31.3% deles nunca haviam migrado de partido em sua carreira política¹. Note-se que é um percentual inferior aos parlamentares exercendo seu primeiro mandato, o que sinaliza para o fato de que parte dos deputados principiantes que mudaram de partido no período que estamos analisando já havia realizado uma migração em um período anterior da mesma Legislatura. Outros 25.4% já haviam operado uma migração, 19.4% duas mudanças anteriores de partido e três movimentações foram experimentadas por 16.4% do total dos trãsfigas. Outros 3% já haviam mudado quatro vezes de partido e 3% cinco vezes.

¹ O artigo baseou-se nas informações sobre histórico de filiação disponibilizado pela Secretaria da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em seu *site*.

Os dados mostram, portanto, que 68.7% dos migrantes já estavam em sua segunda ou outra migração quando deixaram seus partidos entre setembro e outubro de 2013. Esse dado também confirma o achado de Melo (2004) de que a cada legislatura há a expectativa de que próximo de 1/3 dos parlamentares migre de partido. Trata-se aqui de reafirmar a noção segundo a qual a migração “passou a ser vista como uma estratégia razoável para a redução do nível de incerteza do deputado a respeito de seu futuro”, ou seja, “trocar de legenda passou a fazer parte do leque de ações desenvolvidas pelos membros do Congresso Brasileiro com vistas à sobrevivência política” (MELO, 2004, p.64).

Tabela II – Migração partidária e número de mandato

	Número de mandatos (%)							Total
	1	2	3	4	5	6	10	
Nunca migrou	50,0 (15)	11,8 (2)	20,0 (2)		50,0 (2)			31,3 (21)
Uma migração	20,0 (6)	35,3 (6)	20,0 (2)	25,0 (1)	50,0 (2)			25,4 (17)
Duas migrações	13,3 (4)	29,4 (5)	20,0 (2)	25,0 (1)		100,0 (1)		19,4 (13)
Três migrações	13,3 (4)	11,8 (2)	30,0 (3)	50,0 (2)				16,4 (11)
Quatro migrações		5,9 (1)	10,0 (1)					3,0 (2)
Cinco migrações	3,3 (1)	5,9 (1)					100,0 (1)	4,5 (3)
Total	100 (30)	100 (17)	100 (10)	100 (4)	100 (4)	100 (1)	100 (1)	100 (67)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor.

Ocorreram, no período em exame, 67 migrações partidárias na Câmara dos Deputados o que representa, na composição do Parlamento, uma movimentação de 13.1% do total de deputados federais. Conforme ilustra a Tabela III, a maior parte dos migrantes é originária dos Estados nordestinos, 40.3%. Ao nível individual o destaque ficou com o Ceará com 7 migrações e Pernambuco com 5. A segunda região com o maior número de trãnsfugas foi o Sudeste, compondo 29.9% do total, e com especial destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo com 7 e 6 mudanças partidárias, respectivamente. Em um

patamar menor está o Norte que contribuiu com quase 15% das migrações, o Centro Oeste com 9% e o Sul com os 6% restantes.

Tabela III – Migrações partidárias por região do país entre setembro e outubro de 2013 (%)

	Migrações
Nordeste	40,3 (27)
Sudeste	29,9 (20)
Norte	14,9 (10)
Centro Oeste	9,0 (6)
Sul	6,0 (4)
Total	100,0 (67)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor.

Conforme salientado, há regiões que apresentaram uma maior movimentação de suas bancadas, enquanto que em outras o movimento foi menos intenso. Na Tabela IV consta o impacto das migrações para as bancadas regionais. No Nordeste as mudanças representaram uma alteração de quase 18% na composição partidária da bancada, sendo, ainda, de 15.4% no caso da bancada nortista e de 14.6% na do Centro Oeste. O processo migratório teve um menor impacto, em termos de mudança nas forças partidárias regionais, no Sudeste e no Sul.

Tabela IV – Migrações partidárias por bancadas regionais entre setembro e outubro de 2013

	Total bancada	Migrantes	% de migrantes
Nordeste	151	27	17,9
Norte	65	10	15,4
Centro Oeste	41	6	14,6
Sudeste	179	20	11,2
Sul	77	4	5,2
Total	513	67	13,1

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor.

Os dados mostram que os partidos que mais perderam deputados foram o PDT (9), PMDB (7), PR (7), PSD (7), PSB (6) e PSDB (6). Juntas

essas agremiações foram responsáveis por 62.6% das saídas. No total, 18 partidos tiveram um ou mais deputados migrando para outras legendas.

Tabela VI – Partidos de origem dos deputados migrantes (%)

	Migrantes
PDT	13,4 (9)
PMDB	10,4 (7)
PR	10,4 (7)
PSD	10,4 (7)
PSB	9,0 (6)
PSDB	9,0 (6)
PP	6,0 (4)
PSC	6,0 (4)
DEM	4,5 (3)
PPS	4,5 (3)
PTB	4,5 (3)
Outros 7 partidos	12,0 (8)
Total	100,0 (67)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor.

No recorte regional, conforme a Tabela VII, mais de $\frac{3}{4}$ dos deputados que migraram do PDT são representantes de estados do Sudeste. Conforme veremos mais à frente, quando abordarmos os partidos de entrada desses parlamentares, a maior parte destes sete migrantes do Sudeste ajudou a fundar o Solidariedade, cujo presidente, deputado Paulo Pereira da Silva, é representante por São Paulo.

Para o PMDB os dados mostram que mais de 70% dos que saíram do partido eram do Nordeste, o mesmo ocorrendo com o PSB (83.3%), PPS (67.7%) e DEM (100%). No caso específico do PSB, a migração dos deputados nordestinos é explicada em alguma medida pelo caso do Ceará e a migração dos irmãos Cid (governador) e Ciro Gomes, até então aliados do governador de Pernambuco Eduardo Campos, para o recém-fundado PROS. Por não aceitar a pré-candidatura do pernambucano à presidência, o Ceará tornou-se uma dissidência dentro do PSB, tendo suas mais importantes lideranças locais migrado com intensidade para o PROS. Para o DEM, deve-

se assinalar que a migração de três de seus parlamentares nordestinos reforça a decadência política da agremiação nesta região que já se constituiu, nos anos 1990, como a maior fornecedora de eleitos da então bancada pefelista (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000). O PR também apresentou uma forte concentração de seus migrantes em estados do Nordeste, 57.1%, perdendo quatro cadeiras em estados diferentes.

Tabela VII – Partidos de origem e regiões dos deputados migrantes (%)

	PDT	PMDB	PR	PSD	PSB	PSDB	PP	PSC	DEM	PPS
Centro Oeste		14,3 (1)	14,3 (1)	14,3 (1)	16,7 (1)					33,3 (1)
Norte	11,1 (1)	14,3 (1)	14,3 (1)	28,6 (2)		50,0 (3)	25,0 (1)			
Nordeste	11,1 (1)	71,4 (5)	57,1 (4)		83,3 (5)	16,7 (1)	25,0 (1)	25,0 (1)	100 (3)	67,7 (2)
Sul				14,3 (1)		16,7 (1)	25,0 (1)			
Sudeste	77,8 (7)		14,3 (1)	42,9 (3)		16,7 (1)	25,0 (1)	75,0 (3)		
Total	100 (9)	100 (7)	100 (7)	100 (7)	100 (6)	100 (6)	100 (4)	100 (4)	100 (3)	100 (3)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor

Perdas de deputados do Sudeste foram mais recorrentes no PSD e no PSC. No caso do primeiro, vale lembrar que a bancada da legenda foi formada, em boa parte, por egressos do DEM no ano de 2011, e com especial participação de deputados de estados da região Sudeste. É curioso, pois, que na onda migratória de 2013 tenha perdido mais deputados dessa região que de outras. O PSC, que tem uma bancada pequena na Câmara, perdeu dois deputados do Rio de Janeiro que acabaram migrando para dois partidos diferentes.

Realizado o mapeamento dos partidos de saída, cabe investigar quais os principais destinos dos migrantes, ou seja, para quais legendas esses parlamentares se filiaram para estar aptos a concorrer às eleições de outubro de 2014.

A Tabela VIII mostra que as migrações possibilitaram a formação de duas novas bancadas partidárias na Câmara dos Deputados, a saber: do PROS e do SD. Juntas essas agremiações foram responsáveis pelo acolhimento de praticamente 2/3 dos parlamentares migrantes. Dos partidos já estabelecidos no Parlamento o PP foi o que mais ganhou com a migração, sendo escolhido como destino por cinco deputados. No saldo, contudo, considerando entradas e saídas, a bancada progressista reduziu-se em um deputado, já que meia dúzia de parlamentares deixou da legenda e cinco entraram. No caso do PSB, outros seis deputados migraram, porém apenas quatro outros escolheram o partido como destino. No PR o saldo foi ainda mais negativo, uma vez que sete deputados saíram do partido e apenas três nele se filiaram, situação semelhante ao PSD que perdeu sete parlamentares e ganhou apenas dois.

Esse vai-e-vem entre os partidos e em distintas direções parece fortalecer as conclusões produzidas por Freitas (2012, p.952) e que salientam que os partidos “utilizam as trocas de legenda para aumentar seu poder na arena parlamentar e arena eleitoral” não se tratando, por isso mesmo, de uma manifestação unicamente movida pelos interesses particularistas dos parlamentares. Em sua visão as agremiações “aliciam parlamentares para aumentar seu acesso a cargos no Legislativo, para aumentar seu tempo no horário eleitoral” e, também, “para angariar mais votos em regiões onde não eram bem votados” (FREITAS, 2012, p.952). A partir dessas considerações é que se tornam mais “compreensíveis” os ganhos e perdas dos partidos brasileiros nas ondas migratórias

Tabela VIII – Partidos de destino dos deputados migrantes (%)

Partido	%
PROS	32,8 (22)
SD	32,8 (22)
PP	7,5 (5)
PSB	6,0 (4)
PR	4,5 (3)
PRB	3,0 (2)
PSD	3,0 (2)
PTB	3,0 (2)
Outros 5 partidos	7,5 (5)
Total	100 (67)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor

PROS e SD, em todo caso, foram as legendas mais beneficiadas pela onda migratória de 2013. Uma questão essencial, dentro dessa perspectiva, é saber qual é, precisamente, a origem dessas novas bancadas formadas por trânsfugas.

A Tabela IX indica, no caso do PROS, que 22.7% de seus deputados são migrantes do PSB e outros 22.7% do PR. O PDT apresenta-se como a terceira fonte de deputados, com 13.6% do total da nova bancada. Já no caso do SD, deputados do PDT são os que mais migraram para essa nova agremiação, compondo 27.3% da bancada. O segundo maior fornecedor de deputados foi o PMDB, com 18.2% da nova bancada.

Tabela IX – Origem das bancadas do PROS e SD (%)

Partido de origem	Novas bancadas	
	PROS	SD
DEM	4,5	4,5
PDT	13,6	27,3
PEN	-	9,1
PMDB	-	18,2
PP	9,1	4,5
PPS		9,1
PR	22,7	9,1
PRTB	-	4,5
PSB	27,3	-
PSC	4,5	-
PSD	4,5	4,5
PSDB	4,5	4,5
PSL	4,5	-
PT	-	4,5
PTB	4,5	-
Total	100	100

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor

No recorte governo/oposição, tal qual ilustrado através da Tabela X, a nova bancada do PROS nasce formada majoritariamente por deputados cujos partidos anteriores faziam parte da coalizão do governo da presidente Dilma Rousseff. A migração de deputados pertencentes a partidos de oposição para o PROS foi, por outro lado, de 36.4%. Como se sabe, o PROS nasceu basicamente para ser governista e atualmente faz parte da base de apoio de Dilma. Essa proximidade com o poder já era conhecida ao tempo do processo migratório de 2013, o que faz com que possamos dizer que esses 8 parlamentares da oposição que migraram para um novo partido governista são significativos do fato de que a “janela” aberta para a migração acabou fazendo com que deputados insatisfeitos na oposição pudessem migrar para um partido que estaria mais alinhado ao governo nas eleições de 2014. Frise-se que desse total de 8 deputados de partidos oposicionistas encontram-se os do Ceará filiados do PSB, legenda considerada no artigo como de oposição desde os últimos meses de 2013.

Tabela X – Posição do partido anterior e novas bancadas (%)

Posição do partido anterior	Partido de destino (%)				
	PROS	SD	PP	PSB	PR
Governo	59,1 (13)	68,2 (15)	80 (4)	50,0 (2)	66,7 (2)
Oposição	36,4 (8)	18,2 (4)	20,0 (1)	50,0 (2)	33,3 (1)
Indefinido	4,5 (1)	13,6 (3)			
Total	100,0 (22)	100,0 (22)	100,0 (5)	100,0 (4)	100,0 (3)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor

O SD, ao contrário do PROS, caracterizou-se como sendo um partido de oposição ao governo Dilma. Seu presidente, Paulinho da Força, se mostrava francamente favorável à candidatura de Aécio Neves (PSDB) à presidência da República. O parlamentar, lembremos, era filiado ao PDT, um partido da base de sustentação do governo federal na Câmara. O que a Tabela X mostra é que o SD, um partido de oposição, formou-se basicamente por deputados que antes pertenciam ao governo. Os dados indicam, portanto, que o SD enquanto partido de oposição arregimentou para si deputados majoritariamente governistas. Há uma clara dissidência da base da presidente Dilma no caso do Solidariedade.

Analisadas comparativamente, as bancadas do SD e PROS exibem, pois, distinções que também podem ser avaliadas como contradições aparentes. A primeira delas é a de que o SD foi formado em sua maior parte por governistas, mas se comporta como opositor. A segunda é a de que o PROS nasceu para ser governista, tendo sido formado por antigos governistas e por deputados socialistas insatisfeitos com a inflexão opositora da legenda com o lançamento da candidatura de Eduardo Campos à presidência.

Na verdade não parece haver propriamente uma contradição nessas movimentações, mas sim uma característica própria do jogo político que opõe governo e oposição. Estabeleceu-se, pois, um realinhamento de parte das forças políticas na Câmara dos Deputados observando-se, em grande medida,

o horizonte eleitoral de 2014. À ação da oposição de agregar deputados ao SD e da declaração de independência (que na realidade traduziu-se como oposição) do PSB ocorreu uma contrarreação do governo a partir basicamente da instrumentalização do PROS. Boa parte da bancada do PROS, nesse sentido, foi formada como reação a uma possível migração maior de deputados insatisfeitos com as lideranças locais de seus partidos para outros partidos, especialmente os da oposição. Nesse diapasão, aliás, PROS e SD filiaram 22 parlamentares cada.

Naquele contexto das migrações, em 2013, repercutiu o argumento de que vários deputados federais estavam migrando em função de uma alegada “falta de espaço” no interior das seções estaduais dos partidos. Era, pois, o argumento da “falta de oportunidades” e de “poder de decisão”. Havia uma noção de que os postos de chefia nos partidos estavam interditados para um grupo de deputados, geralmente do “baixo clero” que, buscando maior espaço, viam-se alijados de uma maior influência dentro de suas próprias organizações.

Em entrevista à imprensa gaúcha, Paulinho da Força foi indagado sobre se o Solidariedade realmente oferecia uma maior participação no Fundo Partidário para os deputados federais que se filiassem à nova legenda. Segundo explicou, ao contrário do PDT que repassaria 40% do Fundo para as executivas estaduais, o SD iria repassar 50%. Sua explicação produziu uma equação que expressa o pragmatismo envolto nas migrações partidárias de 2013. Segundo disse Paulinho da Força:

Significa que, se um deputado federal gaúcho fizer 500 mil votos, vou transformar isso em dinheiro para a executiva estadual do Solidariedade. Quinhentos mil votos vezes R\$ 3,40, que é o valor do voto (a cifra é resultado da divisão do montante do Fundo pelo número de votos para deputado federal em 2010), dá mais de R\$ 1 milhão. Todo mundo que fez votos em 2010 vai trazê-los para o novo partido e, conseqüentemente, aumentar o valor a ser recebido do Fundo. O cara mais caro de Brasília hoje é o Tiririca. Ele vale quase R\$ 5 milhões. (ZERO HORA, 2013).

As migrações de outubro de 2013 são, em boa medida, reflexo dessa busca por “oportunidades”, por maior valorização dos políticos em suas bases estaduais. Um dado, em especial, chama a atenção. Do total de migrantes, 29.9% (20 deputados) tornaram-se presidentes estaduais de partido e 1.5% (um deputado) tornou-se presidente nacional de partido. Quase 1/3 dos trânsfugas, portanto, tornaram-se dirigentes partidários máximos em seus estados. Foi possível identificar, ainda, outros três deputados (4.5%) que assumiram funções de direção partidária como uma vice-presidência estadual, secretaria-geral e suplência na comissão provisória.

A esses casos poderíamos agregar mais três parlamentares que poderíamos dizer que compuseram, à época, a “Bancada Marina Silva”, e que apenas no último momento filiaram-se ao PSB. Digno de nota, nesse argumento da “oportunidade”, é também a influência que os irmãos Gomes tiveram para a migração, sendo eles responsáveis pela movimentação de cinco parlamentares para o PROS cearense.

Tabela XII – Situação dos migrantes de 2013 na eleição de 2014 (%)

	Migrantes	Câmara
Deputado federal	77,6 (52)	77,6 (398)
Vice-governador	6,0 (4)	4 (21)
Deputado estadual	4,5 (3)	3,7 (19)
Governador	3,0 (2)	2 (10)
Senador	3,0 (2)	4 (21)
Suplente de senador	-	1,2 (6)
Não é candidato	6,0 (4)	7,4 (38)
Total	100,0 (67)	100,0 (513)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados, DIAP e elaboração do autor

Poderia estar presente aqui, entre os migrantes, um sentido de “oportunidade” seja para conquistar a reeleição ou para avançar na carreira política. Vale salientar que essa hipótese de que as mudanças de partido são utilizadas como estratégia dos deputados para maximizar suas chances

eleitorais já foi apresentada por Mainwaring (2001) e Lima Júnior (1993). Nesse ponto a Tabela XII indica que 94% dos migrantes, em 2014, concorrem a algum cargo eletivo. A ampla maioria, 77.6%, busca um novo mandato na Câmara dos Deputados, ao passo que 6% são candidatos a vice-governador, 3% a governador e igual percentagem a senador. Quase a totalidade dos migrantes, portanto, busca ou a reeleição ou uma “promoção” em sua carreira política. Apenas uma pequena franja de 4.5% desses migrantes concorre em um cargo visto como “inferior” (do ponto de vista da carreira), o de deputado estadual. Na acepção dada por Leoni, Pereira e Rennó (2003) tem-se maior ambição estática (reeleição) e menor ambição regressiva (deputado estadual).

Podemos comparar esses dados à luz do saldo divulgado pelo DIAP e que engloba o destino de todos os deputados federais em 2014. Os números são muito parecidos, não havendo distinções realmente significativas. Assim, o comportamento dos migrantes reproduz as mesmas motivações dos deputados fiéis, ou seja, a busca majoritária pela reeleição e, depois, por um *upgrade* na carreira.

Considerações finais

O artigo analisou a onda migratória de deputados federais ocorrida entre setembro e outubro de 2013. Buscou-se caracterizar os migrantes e contextualizar esse fenômeno político recorrente da política brasileira que é a mudança de partido de deputados em pleno exercício parlamentar. Chegamos, a partir da análise, a algumas conclusões.

Em primeiro lugar, as migrações serviram para demonstrar a ineficiência das regras eleitorais, notadamente da Resolução sobre fidelidade partidária do TSE de 2007. Deputados migrantes de 2013 trocaram de partido impunemente, sem que nenhum deles tenha sido cassado pela Justiça e seu

mandato devolvido à legenda de origem. Isso faz com que confirmemos nossa hipótese inicial de trabalho.

Em segundo lugar, a criação de novos partidos (SD e PROS) foi fundamental para impulsionar a onda migratória. A maioria dos trânsfugas alojou-se nessas duas agremiações que, ao final, restaram compostas por 22 deputados federais cada. Outros partidos, contudo, também perderam e ao mesmo tempo receberam parlamentares, demonstrando que o custo de migrar (a perda de mandato, por exemplo) já não se fazia presente, não sendo um constrangimento para a mudança de partido. Houve, em certo sentido, um acordo coletivo entre os partidos da Câmara dos Deputados para que nenhum dos migrantes (e especialmente aqueles que mudaram para partidos já estabelecidos) fosse penalizado por seu comportamento.

Por último, a migração partidária na Câmara dos Deputados em 2013 significou o primeiro embate pré-eleitoral entre governo e oposição. Isso porque o PROS detinha um perfil mais governista ao passo que o SD surgiu como uma força oposicionista. Em 2014 o PROS faz formalmente parte da coligação da candidata Dilma Rousseff e o SD da coligação de Aécio Neves. Foram, pois, forças antagônicas que surgiram um ano antes do pleito, provocando um realinhamento partidário de parte da Câmara e cuja tradução foi uma intensa migração partidária.

Referências

- CRUVINEL, Diogo Mendonça. Perda de mandato por infidelidade partidária: afinal, quem ocupará a cadeira vaga? *Em Debate*, Belo Horizonte, v.5, n.5, p.30-40, dez. 2013.
- FREITAS, Andréa. Infidelidade partidária e representação política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil. *Cad. CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, Apr. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100004&lng=en&nrm=iso>.
- FREITAS, Andréa. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, 2012, p. 951 a 986.
- LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos, RENNO, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, vol.9, n.1, pp. 44-67, 2003.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições políticas no Brasil dos anos 80*. Edições Loyola, 1993.
- MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.
- MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy Joseph. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. Paz e Terra, 2000.
- MELO, Carlos Ranulfo. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na câmara dos deputados, 1985-2002*. Editora UFMG, 2004.
- ZERO HORA. “Não montei balcão de negócios”, diz deputado fundador do Solidariedade. *Jornal Zero Hora*, 5 de out. 2013. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/10/nao-montei-balcao-de-negocios-diz-deputado-fundador-do-solidariedade-4291647.html>. Acesso em 25-08-2014.

RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

Fernanda Vasques Ferreira
Universidade de Brasília (UnB)
✉ fernanda.jornalista82@gmail.com

Resumo: Tornou-se uso corrente o termo opinião pública para expressar uma opinião majoritária ou mesmo uma opinião expressa publicamente que se torna relevante em um contexto massmediático. Este artigo tem como problema de pesquisa a seguinte pergunta: quais as origens do conceito de opinião pública em comunicação? O presente trabalho se vale do método de revisão bibliográfica com a finalidade de apresentar as principais vertentes que apontam para o surgimento do conceito no campo da comunicação, mas passa pela sua construção histórica oriunda de outras áreas. O percurso teórico-metodológico deste trabalho contempla autores seminais como Augras (1980), Lippmann (2008), Lazarsfeld; Steinberg; Speier (1972), Tarde (1991).

Palavras-chave: Opinião pública; origens do conceito; comunicação de massa.

Abstract: It has become common usage the term public opinion to express a majority opinion or even an opinion expressed publicly that becomes relevant in a mass media context. This article's research problem is the following question: what are the origins of the concept of public opinion in communication? This work uses the method of literature review in order to present the main aspects that point to the emergence of the concept in the communication field, but goes through its historical construction from other areas. The theoretical and methodological approach of this work includes seminal authors as Augras (1980), Lippmann (2008), Lazarsfeld; Steinberg; Speier (1972), Tarde (1991).

Keywords: Public Opinion. Origins of the concept. Mass communication.

Introdução

Comumente a expressão opinião pública está presente no vocabulário das pessoas. Informal ou informalmente, detida ou não de cientificidade, é lugar comum citar a opinião pública como a opinião da maioria, como uma opinião majoritária ou como resultados de pesquisas por amostragem

realizadas por institutos de pesquisa¹. Segundo Cervellini e Figueiredo (1995), no campo da opinião pública, parece ter acontecido o inverso de outras áreas do conhecimento, onde teorias gerais informam e balizam os estudos que vão progressivamente ficando mais especializados. Nos estudos de opinião pública, a hiper-especialização antecedeu a elaboração de uma teoria geral. Não por acaso, John R. Zaller (1993) comenta: “sabemos muito mais sobre os detalhes de variáveis dependentes particulares do que sobre mecanismos teóricos que atravessam múltiplos domínios de pesquisa”.

Assim, segundo os autores, é razoável afirmar que sabemos cada vez mais sobre cada vez menos. Em segundo lugar, a expressão opinião pública faz parte da família de conceitos que podem ser considerados clássicos em algumas ciências e, portanto, discutido a partir de diferentes matrizes conceituais. Sobre isso, Oncken apud Lazarsfeld (1972) discorre:

O vago e o flutuante não podem ser compreendidos por estarem presos a uma fórmula; e muito menos quando é da própria característica do conceito encerrar mil possibilidades de variação. Mas depois que tudo for dito e feito, toda a gente saberá, se for o caso, o que significa opinião pública. Havendo necessidade de expressá-lo com palavras, ela só pode aparecer cercada de muitas cláusulas restritivas: a opinião pública é um complexo de pronunciamentos semelhantes de segmentos maiores ou menores da sociedade em relação a assuntos públicos (I, II); às vezes espontâneos, às vezes artificiosos manipulados (III); expressos num sem número de maneiras em clubes, assembleias, sobretudo na imprensa e nos periódicos, ou talvez apenas nos sentimentos não revelados de cada um de nós (IV); do homem comum das ruas ou de um pequeno círculo de pessoas cultas (VIII); aqui um fator de força real, que os estadistas precisam levar em conta, ou algo sem qualquer significação política (V); ou ainda algo que será avaliado de maneira diferente em diferentes países (V ou VI); às vezes unidos erguendo-se como maré contra o governo e os peritos, às vezes, divididos, ocultando tendências conflitantes (VIII); em certas ocasiões manifestando as opiniões simples e naturais do povo, em outras, as expressões grosseiras e impensadas de instintos selvagens (VI); conduzindo sempre e sendo sempre conduzidos (V, III); considerados com desdém pelos desabusados

¹Ibope, Data Folha, Vox Populi, entre outros.

OPINIÃO
FERNANDA VASQUES FERREIRA
RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

e, no entanto, obrigando os homens a revelarem suas intenções (VI, V), contagiosos como epidemia (X); caprichosos, traiçoeiros (IX); e loucos pelo poder (semelhando nisto o próprio homem) (VI); e, no entanto, apenas uma palavra com que se enfeitam os que estão no poder (V). (ONCKEN apud LAZARSELD, 1972: 111-112).

No caso da Ciência Política, por exemplo, a questão da opinião pública (a “lei da opinião ou reputação”) aparece nos escritos de Locke como uma espécie de substrato moral da sociedade. No Contrato Social, a opinião pública surge em estreita correlação com a soberania popular, as leis, os costumes e a moral.

Há que se distinguir três tipos de leis, diz Locke. A primeira, a lei divina; a segunda, a lei civil; e a terceira, a lei da virtude e do vício, da opinião ou da reputação ou – Locke emprega o termo indistintamente – a lei da moda. E prossegue a autora na citação: Para compreendê-la corretamente, há que se levar em conta que, quando os homens se unem em sociedades políticas, ainda que entreguem ao público a disposição sobre toda a sua força, de modo que não possam empregá-la contra nenhum concidadão além do que permita a lei de seu país, conservam sem dúvida o poder de pensar bem ou mal, de aprovar ou censurar as ações dos que vivem e mantêm alguma relação com eles. (NOELLE-NEUMANN APUD HOHLFEDT, 2001: 98).

O fenômeno foi também estudado por pensadores importantes como Kant, Burke, Bentham, Benjamin e Constant. Não menos importante para ancorar essa discussão é reconhecer que a mídia popularizou a expressão opinião pública e passou a consolidar uma ideia de que opinião pública é um fenômeno, algo fora da normalidade. Como exemplo pode-se citar as campanhas das Diretas Já que “mobilizaram a opinião pública”, a morte do piloto Ayrton Senna, que “consternou a opinião pública” e as atitudes do ex-presidente Fernando Collor, “que afrontaram a opinião pública”.

Cervellini e Figueiredo (1995) esclarecem que:

OPINIÃO
FERNANDA VASQUES FERREIRA
RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

A ideia de opinião pública ficou muito contaminada com o surgimento das pesquisas de opinião, na década de 1930 nos EUA. Como o conceito de opinião pública é anterior às pesquisas e como as pesquisas retratam os aspectos mais visíveis, interessantes e discutidos da opinião pública, é natural que a associação pesquisa-opinião pública seja feita, ainda que essa associação certamente não ajude no esforço de se conceituar algo que, afinal, existe independentemente das pesquisas. (CERVellini; FIGUEIREDO, 1995, p. 173)

A despeito da confusão conceitual e da dificuldade de se chegar a um conceito objetivo e cerrado, a inquietação que originou este trabalho gira em torno da discussão sobre as raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação. Isso porque esse se torna um conceito-chave da teoria do agendamento formulada a partir dos anos 60 por Maxwell McCombs e Donald Shaw e que se baseia no conceito de opinião pública formulado por Walter Lippmann. Assim, como parte de um trabalho de doutorado da autora, este artigo tem como objetivo apresentar as raízes históricas dos conceitos de opinião pública na comunicação a partir de uma revisão bibliográfica que traz autores seminais e suas respectivas discussões sobre o entendimento do que venha a ser opinião pública, bem como as origens do conceito e as relações estabelecidas com as comunicações de massa. Por mais que o esforço se volte para a compreensão das origens da opinião pública em comunicação, é indiscutível o retorno às origens políticas do conceito. Isso porque a opinião pública se forma já na Grécia Antiga.

O trabalho que aqui se apresenta contribui para organizar melhor os conceitos e garantir a apresentação de um estado da arte das raízes do conceito, podendo ser utilizado como referência para a compreensão histórica de um assunto costumeiramente presente nos discursos dos cidadãos, mas carente de organização sistemática de estudos sobre suas origens.

Estado da arte do conceito e origens

Assim, o termo opinião está relacionado com a noção de julgamento, embora em um caso a ênfase dada é sobre o valor de alguma coisa, enquanto que no outro sentido, a ênfase se situa numa dimensão moral de julgamento, ou seja, de aprovação ou de censura. As teorias políticas enfatizam o sentido de opinião com relação à conhecimento e sensibilidade moral. O termo público, oriundo do latim *publicus*, significa “o povo”. Na sua primeira interpretação e uso se referia a acesso comum conforme Habermas (1989). Numa segunda acepção, público se refere ao interesse comum e bem comum, ou seja, no sentido de representar o povo.

Já o conceito composto entra em uso generalizado apenas no século XVIII a partir de significativas tendências históricas. As definições históricas, portanto, localizam-se no final do século XVIII e começo do século XIX.

Naquele contexto, a opinião pública era encarada como base de legitimação da democracia (contratualismo) e o requisito básico para tal seria a existência de uma deliberação racional, exprimindo um interesse geral resultante. Habermas, um dos expoentes dessa vertente, coloca a opinião pública, tal como aparece atualmente, como parte do que ele considera uma deterioração da rede comunicativa embasada em um debate racional entre cidadãos. Conforme explica Manin, para Habermas as pesquisas medem “opiniões comuns” mas não “opinião pública”. A racionalidade, dentro da tradição da Escola de Frankfurt, deve ser o caminho para a utopia da emancipação e só existe ao lado de uma “discussão pública, que não sofre restrições e que é isenta de dominação, sobre a adequação e a conveniência de princípios e normas que orientem o agir à luz dos reflexos sócio-culturais. Uma comunicação dessa espécie, em todos os níveis dos processos políticos e repolitizados de formação da vontade”. Trata-se, portanto, de uma visão racionalista da opinião pública, que estaria deslegitimando qualquer manifestação pública baseada em fatores de caráter mais emocional, ou debates que Habermas consideraria despolitizados. (CERVELLINI; FIGUEIREDO, 1995, p.176).

OPINIÃO
FERNANDA VASQUES FERREIRA
RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

Steinberg (1972) alerta que “a opinião pública não é facilmente susceptível de definição científica. É um subproduto de processos educacionais bem como do crescimento dos meios de comunicação de massa”. Tarde (1991), por sua vez, entende o conceito de opinião pública como um processo completamente diverso do enquadramento público: “a opinião está para o público (...) tal como a alma está para o corpo” (TARDE, 1991, p.58). O sociólogo entende que opinião é um agrupamento momentâneo e, de certa forma, lógico sobre julgamentos que passam a ser reproduzidos em número em dada circunstância em um mesmo país, em uma mesma época e em uma mesma sociedade, representando a passagem de uma opinião individual para uma opinião coletiva. Arendt apud Sena (2007) também busca conceituar e teorizar opinião pública e nesse esforço ela chega à conclusão de que opinião pública diz respeito ao todo que nós partilhamos uns com os outros de forma involuntária e onde nós podemos intervir mais e que origina uma opinião coletiva.

Outra pesquisadora que se atém a tentar definir opinião pública é Augras (1980). "No nível individual, opinião confunde-se com atitude. No nível coletivo, aparece como entidade mítica: a opinião pública é o sentimento do povo", (AUGRAS, 1980:12). Todavia, ela prefere substituir o termo em questão por correntes de opinião. Speier (1972) é categórico ao enfatizar que mesmo com as dificuldades de um conceito cerrado sobre opinião pública, há uma questão central que deve nortear o conceito e ele se refere ao campo da comunicação:

A opinião pública é frequentemente considerada como opinião revelada a outros ou, pelo menos, notada por outros, de modo que as opiniões alheias, que se ocultam ou disfarçam, podem denominar-se opiniões particulares ou clandestinas. Nessas condições, o critério para distinguir entre a opinião particular e a opinião pública parece residir no domínio da comunicação. (SPEIER, 1972:127).

Com o objetivo de melhor conceituar o termo, Augras (1980) fez um resgate histórico do seu surgimento e trajetória. Nos fins do século V a. C., em Atenas, Grécia, surgiram os líderes de opinião, homens políticos que conduziam o povo, mas mulheres e escravos não faziam parte deste grupo. Os gregos são, efetivamente, os primeiros a pensar a comunicação no Ocidente a partir dos filósofos pré-socráticos e dos sofistas². O desenvolvimento da democracia grega tem a ver com a realização de deliberações dos cidadãos na *ágora*, espaço da *pólis* grega. Essas deliberações consistiam no debate de ideias e conseqüentemente na formação de opinião.

Os romanos, por sua vez, entenderam os processos comunicacionais como essenciais para o controle social, para a garantia do poder instituído e do exercício político. Eles garantiam um fluxo informacional relevante até para darem conta das opiniões consensuais, antecipando-se às crises, o que, em alguma medida, contribuía para fortalecer as ações tomadas pelos poderes político e militar. Em vez de *ágora*, os romanos têm o *fórum*.

Hohlfeldt (2001) traça a importância das conquistas para o desenvolvimento da comunicação nas diferentes civilizações. Ele aponta, entre outras conquistas, a do papel e o desenvolvimento da imprensa por Gutemberg por serem elementos fundamentais para a difusão das comunicações e, por conseguinte, para o fortalecimento da liberdade de expressão, consolidação da democracia e a consolidação da opinião pública.

Segundo Speier (1972), já nas Cruzadas, ocorridas na Europa, durante a Idade Média, surgem as propagandas que serviam para recrutar homens e angariar fundos para as investidas, onde as opiniões diversas eram consideradas heresias e, portanto, reprimidas. No Renascimento, Augras (1980) ganha destaque o indivíduo e, com isso, o direito de diversidade de

² São os que utilizavam-se da comunicação para exercer poder.

OPINIÃO
FERNANDA VASQUES FERREIRA
RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

opinião. No entanto, a autora aponta que no plano político, surge o demagogo, que procura conquistar a opinião do povo e dele ser o representante e por vezes, acaba sendo manipulador. Em 1789, verifica-se, durante a Revolução Francesa, que a opinião proclamada como sendo a do povo pertencia, na verdade, a um pequeno grupo que estava no poder. No século XIX, ocorre a primeira revolução industrial e surge a imprensa e o foco passa para os problemas sociais e econômicos. Com o século XX, tem-se a democracia moderna e as novas técnicas de manipulação de opiniões; a opinião pública serve para avaliar os atos governamentais.

Segundo Sena (2007), na Inglaterra e na França, a opinião pública teve raízes nas instituições sociais como os cafés e os centros de reunião. Eram espaços em que a sociedade burguesa dava prova do seu requinte e de suas ambições intelectuais, ao contrário da aristocracia. Os cafés dos séculos XVIII e XIX se popularizaram como pólos de disseminação de notícias, debates e crítica literária.

Na Europa do século XIX, a opinião pública era sinônimo de opiniões expressas pelos representantes políticos do eleitorado, pelos jornais e pelos membros ou organizações proeminentes da classe média. Na Inglaterra, a fé nos efeitos salutares da discussão e na capacidade de persuasão da opinião liberal sobre a direção dos assuntos nacionais cresceu, sobretudo graças aos proprietários de terras e às mais altas esferas do comércio que constituíam a classe que integrava a maioria dos membros das câmaras vigentes. Na Alemanha, Itália e França, aqueles que expressavam grande parte da opinião pública eram também os grupos mais endinheirados. (SENA, 2007: 278).

Reside nas origens e na conceituação do termo opinião pública um viés e significado político da palavra que é mais velho do que o significado costumeiramente associado à expressão “opinião pública”. “(...) Em expressões como ‘bem público’, ‘propriedade pública’, ‘lei pública’, nosso ponto de referência não é a comunicação, mas uma questão de interesse geral ou mais precisamente de *respublica*’”. (SPEIER, 1972, p.127) Para o autor,

OPINIÃO
FERNANDA VASQUES FERREIRA
RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

quando se distingue o culto público do particular, Hobbes observou que o público é realizado pela comunidade “como uma pessoa”. Assim, a marca distintiva do culto particular não é necessariamente o sigilo, mas a heresia. Hobbes afirma que o culto particular pode se realizar “à vista da multidão”, o que constitui uma forma antiquada, ainda que mais concreta, de dizer “em público”. Para ele, o culto particular praticado em público era estatuído por leis ou pela “opinião dos homens”. O caminho de entendimento traçado por Hobbes efetivamente nos leva a uma compreensão da opinião pública com sentido político e que é útil para a compreensão das origens do conceito de opinião pública.

Assim, “(...) a opinião pública, em primeiro lugar, é uma comunicação entre os cidadãos e seu governo e apenas secundariamente uma comunicação entre cidadãos”. (SPEIER, 1972, p.128). O autor ressalta que se o governo negar a importância da opinião dos cidadãos sobre questões públicas na elaboração da política ou se impedir a livre e pública expressão de tais opiniões, a opinião pública não existe. Assim, a opinião pública só existe em nações democráticas e, portanto, é inviável nas sociedades autocráticas. Para que funcione, a opinião pública, precisa que haja acesso às informações sobre as questões que interessam à opinião pública. E, isso significa, basicamente que os atos do governo não podem ser mantidos em segredo. Dessa maneira, está posta a publicidade, a transparência e a divulgação dos atos oficiais como condição *sine qua non* para a existência da opinião pública. Essa comunicação pública dos atos governamentais, segundo Speier (1972) já era reclamada pelos filósofos políticos do Iluminismo.

A prática de submeter um orçamento aos representantes do povo, quando não ao público em geral, foi estabelecida na Inglaterra ao tempo da revolução de 1688 e, na França, ao tempo da Revolução Francesa de 1789. Quanto mais progride a democracia e quanto mais intensamente se aprecia a opinião pública como salvaguarda da moral na política, tanto mais veementes se tornam as exigências

OPINIÃO
FERNANDA VASQUES FERREIRA
RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

para a abolição do sigilo também na política estrangeira. (SPEIER, 1972:129).

Dessa maneira, há uma proximidade entre o surgimento da opinião pública e o advento das comunicações de massa: ambas passam a se desenvolver no seio de um fenômeno de urbanização massiva que surge a partir das grandes navegações, com as Cruzadas, por exemplo e que se consolida ao longo do século XIX. A Revolução Industrial foi fundamental nesse processo tendo em vista que, ao alargar distâncias, impediu que as pessoas continuassem se comunicando de forma comunitária. A comunicação, portanto, teve de se ajustar a essa nova configuração social provocada por crises políticas e sociais, o aparecimento e fortalecimento do mercado, a dissociação do poder estatal do poder do clero, a explosão demográfica e a individualização crescente e moderna. À guisa das transformações, o que se nota é que os indivíduos desta sociedade moderna não têm mais o seu percurso assegurado pela tradição, mas pela integração espontânea na diversidade de formas coletivas de agrupamento. Dessa maneira, a sociedade necessita de intermediários da comunicação que coloquem os diferentes agrupamentos em contato. Thompson (2002) explica que isso se dá pela substituição do contexto de co-presença – antes possível nas sociedades tradicionais – pelo contexto de comunicação mediada e, essa mediação, se dá basicamente pelos meios de comunicação de massa.

Por consequência, a necessidade de intermediários para que haja comunicação efectiva entre os diversos agrupamentos implica que se criem meios cada vez mais sofisticados de ‘distribuir’ a informação. A comunicação e, neste âmbito, também a própria opinião colectiva, resultam da necessidade de agir racionalmente com o propósito de inserção social. Neste processo concreto de organização colectiva é que os meios de comunicação passam a ter um papel relevante e a contribuir para o aumento da participação das massas – agora mais informadas e participantes da instância chamada ‘actualidade’. (SENA, 2007, p.274-275).

Tarde apud Hohlfeldt (2001) também destaca o papel da imprensa e considerou o jornal como o grande responsável por uma espécie de solidão em meio à multidão que caracterizaria a contemporaneidade:

A partir destas multidões dispersas, em contato íntimo, ainda que distante, por sua consciência da simultaneidade e da interação criadas pela notícia, o jornal criará uma multidão imensa, abstrata e soberana, a que se chamará opinião. O jornal completou assim a obra ancestral iniciada pela conversação, estendida pela correspondência, mas que sempre permaneceu em um estado de esboço disperso e insinuado: a fusão das opiniões pessoais nas opiniões locais, e destas na opinião nacional e mundial, a grandiosa unificação da mente pública... este é um poder enorme que só pode aumentar, porque a necessidade de estar de acordo com a opinião faz-se mais forte e irresistível à medida que o público se torna mais numeroso, a opinião mais imponente e a necessidade se satisfaz mais amiudamente. (TARDE APUD HOHLFELDT, 2001, p.228).

Assim, pode-se falar nas informações e atividades de propaganda do governo como comunicações de um governo a seus cidadãos, ao pessoal de outro governo ou a públicos estrangeiros em geral. Speier (1972) denuncia a ausência de uma história da opinião pública, que combinasse pormenores descritivos com clareza analítica, e que essa lacuna torna duplamente necessário que não se percam de vista seus marcos mais salientes, a saber: as datas que os governos deixaram de censurar a expressão pública da dissensão política. Portanto, o autor destaca que a censura deixa de acontecer na França, durante a Revolução de 1789 e na Inglaterra, em 1695 e, é nessa esteira que a opinião pública passa a existir.

Opinião pública e comunicação

OPINIÃO
FERNANDA VASQUES FERREIRA
RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

Diante do quadro histórico do conceito traçado anteriormente, é possível afirmar que foi por volta do século XX que a tradição clássica foi enfrentada pelos empiristas:

A tradição empírica na pesquisa da opinião e da atitude principiou modestamente na Alemanha com simples experiências de laboratório sobre a solução de problemas, em que se elaborou a noção de “tendências mentais”. Ganhou força com o trabalho de sociólogos da escola de Chicago, que encetaram o estudo das atitudes e valores. Imediatamente depois, sob a liderança de Thurstone, os psicometristas apresentaram o portentoso problema de medição. E, finalmente, chegou o pessoal da pesquisa de opinião pública, que se, de um lado, restringiu o âmbito conceitual, de outro ampliou sensivelmente o campo das aplicações práticas. (LAZARFELD, 1972, p.107-108).

Enquanto os estudos de opinião pública passavam por um momento de desprezo por parte da comunidade científica, Berelson via a situação da pesquisa de opinião pública como a sétima fase de um processo de expansão e explicou todas as fases para sua consolidação como ciência social empírica:

que principiou com a impressão geral de que alguma coisa chamada opinião pública era importante. Em resultado disso, escritores preeminentes teceram amplas considerações sobre ela durante a segunda fase de desenvolvimento. Numa terceira fase, colheram-se dados empíricos onde quer que se encontrassem: artigos de revistas, discursos ou outros documentos. As deficiências desses dados provocaram, em quarto lugar, intenso interesse pela metodologia do assunto. Nesse ponto se iniciou uma quinta fase, durante a qual órgãos comerciais especializados e institutos universitários assumiram a liderança da pesquisa. Em seguida, estabeleceu-se contacto com vizinhos intelectuais como a Antropologia e a Psicologia, o que possibilitou a sétima fase, na qual estamos ingressando, fase em que se desenvolvem proposições sistemáticas sobre opinião pública: a pesquisa de opinião pública converteu-se em ciência social empírica. (LAZARFELD, 1972, p.108-109).

OPINIÃO
FERNANDA VASQUES FERREIRA
RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

Lippmann (2008) discorre sobre a legitimidade da opinião pública nas sociedades de massa baseado na impossibilidade de conhecimento direto da realidade. Em um dos capítulos do livro *Opinião Pública*, Lippmann (2008) faz a separação entre “mundo exterior” e as “imagens das nossas cabeças”. O entendimento do autor é que os homens, mesmo em sua experiência individual, não têm acesso direto à realidade. Nesse sentido, o autor faz uma alusão à alegoria da Caverna, de Platão, em que os homens veem apenas sombras e são incapazes de enxergar a realidade em sua totalidade. Todavia, sobre a realidade observada, os homens são capazes de construir opiniões mais fidedignas ao “mundo exterior” do que em situações em que a percepção passa pelos *mass media*. E na sociedade de massa americana dos tempos de Lippmann (2008), as principais questões que exigiam alguma opinião a respeito já aconteciam longe da maioria dos homens. Por exemplo, os discursos contrários e a favor à participação dos EUA na Primeira Guerra Mundial chegaram aos ouvidos da grande maioria dos americanos através dos jornais, rádios e cinemas.

Assim, o autor faz um diagnóstico dos problemas que influenciam a “imagem nas nossas cabeças”, a saber: a atenção e o interesse limitado frente ao universo de informações sobre os acontecimentos; a limitação do potencial de comunicação das palavras e dos meios técnicos para transportá-las; os estereótipos; os interesses particulares e as formas de construção dos interesses comuns; a censura e a restrição a algumas informações; a falta de contato com os acontecimentos ou a oportunidade de conhecê-los; e, mesmo, o tempo em que a experiência humana ocorre.

Aqueles aspectos do mundo que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos

OPINIÃO
FERNANDA VASQUES FERREIRA
RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas” (LIPPMANN, 2008, p.40).

Desse modo, o autor norte-americano aponta que as pessoas avaliam a realidade externa enquanto imagens pintadas em seus cérebros que raramente correspondem ao que a realidade efetivamente é. Para Lippmann (2008), essas imagens vão se tornando, com o passar do tempo cada vez mais estabelecidas, estandardizadas, ou seja, são criados os estereótipos. A opinião pública, então, seria a média das opiniões circundantes em uma determinada sociedade, num momento determinado.

A principal característica deste conceito é o fator coincidência, diferente de outros que pressupõe uma construção coletiva via interação social. Lippmann (2008), em suma, acredita que a sociedade não se funda na “comunhão”, nem na “convenção”, mas na “coincidência”. A opinião pública, para o autor, seria fruto da ação de grupos de interessados ou de pessoas agindo em nome de grupos. A opinião reconhecida como pública, então, seriam as opiniões feitas públicas. E não as opiniões surgidas do público.

Os estudos mais contemporâneos buscam a compreensão mais global do fenômeno de formação da opinião pública e as suas respectivas implicações não descuram os efeitos dos meios de massa na formação da opinião. Assim, é possível dizer que as notícias de diferentes fontes podem, de vez em quando, provocar mudanças nas preferências coletivas do público. Essa afirmação se justifica fundamentalmente porque os meios de comunicação de massa não são constituídos por veículos de informação neutros, tendo em vista o trabalho de enquadramento temático das questões divulgadas ao público que levam em consideração as diferentes forças políticas envolvidas, além das especificidades do trabalho da comunicação que envolvem corpo e cultura profissional e regras de operacionalização.

OPINIÃO
FERNANDA VASQUES FERREIRA
RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

A pesquisa sobre opinião pública se desenvolve na Alemanha e na Escola de Chicago. Mas é Harold Lasswell, o nome expoente no contexto dos estudos porque se detém sobre a conceituação e análise nas pesquisas em comunicação e opinião pública. Muito provavelmente, Lasswell se debruça sobre esse conceito em função do crescente esforço de defesa estadunidense a partir do início da Segunda Guerra Mundial entre 1938 e 1939, conforme aponta Varão (2012).

Em sua tese de doutorado, a autora explica as razões metodológicas que a fez estudar em profundidade esse pesquisador, já que ele, juntamente com outros cientistas sociais, é chamado para promover estudos e reflexões sobre o estado do campo da comunicação de massa e os estudos de opinião pública³. Assim, segundo Varão (2012) o conceito de opinião pública passa a ser reavaliado por Lasswell em função das necessidades da Divisão Experimental da Comunicação em Tempos de Guerra após a publicação do trabalho *Radio as an Instrument of Reducing Personal Insecurity*⁴ e é após essa fase que o pesquisador faz suas opções quanto ao método quantitativo. As ciências sociais viviam um momento de crise em relação a outras ciências ditas puras. Era, portanto, necessário marcar o lugar das pesquisas a partir da quantificação, sob pena de as ciências sociais serem questionadas e colocadas em posição de inferioridade em relação a outras áreas de investigação.

Assim, entende-se que o maior esforço no que tange aos estudos de opinião pública se concentram com o advento das comunicações. "Na era das comunicações de massa, a massa teria condições de informar o governo sobre as repercussões de seus atos, num processo contínuo de *feedback*". (AUGRAS, 1970, p.15).

Apesar da diversidade de conceitos e autores, há um ponto em comum: eles concordam que a opinião pública surge com a ascensão da classe média,

³ As pesquisas foram ancoradas no *The Rockefeller Foundation Communication Seminar*.

⁴ Rádio como instrumento de redução da insegurança pessoal.

OPINIÃO
FERNANDA VASQUES FERREIRA
RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

se deve à ascensão e ao desenvolvimento de instituições democráticas, ao aumento das taxas de alfabetização e, sem dúvida alguma, ao lugar de destaque dos meios de comunicação de massa na sociedade. Isso porque, a mídia passa a ter papel preponderante nas sociedades complexas. A teoria funcionalista da *communication research* já sinalizava essa importância quando atestava que essa teoria não se detinha ao estudo dos efeitos como as anteriores, mas ao estudo das funções.

De uma situação específica como uma campanha informativa, passa-se para a situação comunicativa mais <<normal>> e usual da produção e difusão cotidiana das mensagens de massa. As funções analisadas não estão associadas a contextos comunicativos especiais mas à presença normal dos *mass media* na sociedade. Segundo este ponto de vista, a teoria funcionalista das comunicações de massa representa um momento significativo da transição entre as teorias precedentes sobre os efeitos a curto prazo e as hipóteses posteriores sobre os efeitos a longo prazo (...). (WOLF, 2001).

O papel dos meios vai passar a ser estudado por pesquisadores ligados às mais diferentes correntes e áreas de pesquisas, o que vai acarretar, em certa medida, uma heterogeneidade dos estudos e, por que não dizer, uma interdisciplinaridade entre as pesquisas em Comunicação e a Sociologia, as Ciências Políticas, entre outras. Os próprios “pais fundadores” da comunicação são oriundos de outras áreas⁵. Isso desenha um cenário na pesquisa em comunicação que leva em conta os estudos do funcionamento, dos efeitos e do lugar dos meios de comunicação na sociedade de massa.

Mais uma vez, é possível afirmar que a opinião pública está intrinsecamente ligada aos estudos de comunicação, como pode ser observado na abordagem empírica de campo ou teoria dos efeitos limitados que considera a comunicação em dois níveis, limitando os efeitos das comunicações de massa a partir do reconhecimento da figura dos líderes de

⁵ Chamados de *forefathers* (pais fundadores) por Wilbur Schramm: o cientista político, Harold Dwight Lasswell, o sociólogo Paul Felix Lazarsfeld e os psicólogos Carl Iver Hovland e Kurt Zadek Lewin.

opinião como relevantes na produção da influência. Bernard Berelson e Paul Lazarsfeld são os principais nomes dessa teoria que pondera os efeitos dos meios e que realça a importância dos líderes de opinião no modelo *two-step flow*.

Considerações finais

A partir do exposto, é possível compreender o estado da arte do surgimento do termo opinião pública em outras áreas do conhecimento e os exercícios feitos para se tentar conceituar o que é opinião pública a partir das diferentes matrizes conceituais de áreas e autores distintos. Os teóricos aqui apresentados revelam a complexidade não só da conceituação, mas a escassez de trabalhos publicados que organizem sistematicamente o assunto.

Todavia, o que se pode apreender é que os estudos de opinião pública foram constituídos por diferentes áreas ao longo da trajetória desde a origem do termo e da situação mais prática cotidiana na *ágora*, por exemplo. Cientistas políticos, sociólogos, historiadores entre outros, figuram papel importante na tentativa de esclarecer conceitual e historicamente opinião pública.

Mas há um elemento que merece destaque. Há uma correlação forte entre os fatores que impulsionaram os estudos em opinião pública e os fatores que contribuíram para o advento das comunicações de massa. Hohlfeldt (2001) e Thompson (2002) tratam disso em suas obras e esclarecem que o comércio, as navegações, os frutos dos impulsos dados pela Revolução Industrial, o “fim”, se assim pode-se dizer, da censura, o estabelecimento de sociedades democráticas e, efetivamente, a consolidação das comunicações, são fatores que, de fato, contribuem para consolidar a opinião pública e seus estudos.

A comunicação, portanto, está vinculada à opinião pública. Seus primeiros estudos e seus “pais fundadores” estão intrinsecamente associados aos estudos empíricos de opinião pública em um momento em que governos dão relevo à comunicação como instrumento de poder e, portanto, carecem de conhecer o que pensam seus governados. Lasswell, Lazarsfeld, Berelson e Lippmann ofereceram grandes contribuições aos estudos empíricos – que, em certa medida, responderam prontamente à consolidação de uma ciência que dependia de “provas contundentes” para se firmar como ciência e não ser relegada a uma ciência menor – sendo considerados importantes nomes na área da comunicação. Estudados até hoje e dignos de trabalhos exaustivos como a tese de Varão (2012), estes autores suscitam debates, mas de alguma maneira, contribuíram para um olhar da comunicação, mesmo que não genuinamente da comunicação, sobre a questão da opinião pública.

Referências

- AUGRAS, Monique. *Opinião Pública – Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- CERVellini, Sílvia; FIGUEIREDO, Rubens. Contribuições para o conceito de opinião pública. *Opinião Pública*, Campinas, v. III, nº 3, p. 171-185, dez. 1995. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50629/mod_resource/content/1/figueredo_cvellini.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HOHLFELDT, Antônio. *Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação*. In: HOHLFELDT, Antônio. (org) *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- HOHLFELDT, Antônio. *As origens antigas: a comunicação e as civilizações*. In: HOHLFELDT, Antônio. (org) *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- HOHLFELDT, Antônio. (org) *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- LAZARSFELD, Paul F. *A opinião pública e a tradição clássica*. In: STEINBERG, Charles S. (org). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- McCombs, Maxwell. *A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- PRICE, Vincent. The Public and Public Opinion in Political Theories. *Public Opinion Research*. The Sage handbook of public opinion research, p. 7-24, 02 ago. 2007. Disponível

OPINIÃO
FERNANDA VASQUES FERREIRA
RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA EM COMUNICAÇÃO

em: http://www.sagepub.com/upm=data/19016_4984_Donsbach_Ch01.pdf Acesso em: 30 de jun. 2014.

SENA, Nilza Mouzinho de. *Espaço público, opinião e democracia*. Estudos em Comunicação nº 1, Abril-2007. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/01/pdfs/sena-nilza-espaco-publico-democracia.pdf>. Acesso em: 01 de jul de 2014.

SPEIER, Hans. O desenvolvimento histórico da opinião pública. In: STEINBERG, Charles S. (org). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1972.

STEINBERG, Charles S. (org). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1972.

TARDE, Gabriel. *A Opinião e a Multidão*. Publicações Europa-América, Biblioteca Universitária: Lisboa, 1991.

VARÃO, Rafiza. *Harold Lasswell e o campo da comunicação*. 2012. 244 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2012.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 2001.

ZALLER, John R; PRICE, Vicent. Who Gets the News: Measuring Individual Differences in Likelihood of News Reception. *Public Opinion Quarterly*, v.2, n.2, p.133-164, 1993.

SEGMENTED REPRESENTATION: POLITICAL PARTY STRATEGIES IN UNEQUAL DEMOCRACY

Paulo Victor Melo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
✉ paulovictormelo@gmail.com

Nerea Ramírez García
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
✉ nramirb@gmail.com

Segmented representation: political party strategies in unequal democracy propõe um novo marco analítico para entender e estudar como a representação democrática e a desigualdade se interagem. Dinâmica de grande relevância na ciência política contemporânea, já que condiciona a qualidade da democracia, a redistribuição e a criação de estratégias dos partidos políticos, assim como sua sobrevivência. O autor, Juan Pablo Luna Farina, é professor associado do Instituto de Ciência Política da Pontificia Universidad Católica de Chile. Juan Pablo Luna Farina concentra-se na análise das estratégias dos partidos e representação democrática, os efeitos políticos da desigualdade e a natureza das instituições. Para Luna, as ideias atuais sobre representação nas democracias contemporâneas devem ser reconsideradas e os métodos para comparar as estratégias eleitorais dos partidos precisam ser modificados. Este livro supõe uma importante contribuição para alcançar ambos objetivos.

Segmented representation: political party strategies in unequal democracy procura entender como a desigualdade determina as posições do eleitorado, ou seja, como a desigualdade politiza a sociedade e molda as estratégias de

mobilização dos partidos, determinando, em última instância, os aspectos relacionados à distribuição que se convertem em assuntos importantes e destacados ou, pelo contrário, em pouco importantes e significativos. Luna defende que a existência da desigualdade social permite que os partidos criem estratégias eleitorais diferentes para mobilizar o eleitorado. Para isso, é possível a existência de diferentes tipos de vínculos entre eleitores e partido ao mesmo tempo, configurando-se a partir das decisões estratégicas dos partidos. O autor considera que essa segmentação das estratégias, que geram uma representação segmentada, tem sido fundamental para o fortalecimento e a estabilidade da democracia. Contudo, Luna ressalta que a existência de uma representação segmentada impede ou distorce a redistribuição, perpetuando essa situação de desigualdade. Para o autor, é importante ressaltar que tais afirmações não só se cumprem para países com sistemas de partidos menos institucionalizados e estáveis, assim como em sistemas institucionalizados, sempre e quando exista desigualdade social.

Para testar e comprovar tais hipóteses, Luna realiza: primeiro, uma conceituação do prazo do vínculo eleitor-partido; segundo, uma análise dos vínculos e sua evolução no Chile e Uruguai nas últimas três décadas, distinguindo o período autoritário e não-autoritário; terceiro, estabelece os mecanismos causais dos vínculos eleitor-partido; e finalmente, comprova seus achados em algumas das democracias ocidentais. Escolhe os casos de Chile e Uruguai, no período de 2002 até 2009, por serem países da região mais desigual do mundo, que ao mesmo tempo se caracterizam por serem, em princípio, sistemas institucionalizados e considerados como mais favoráveis para a existência de vínculos programáticos entre eleitor e partido. A segmentação é operacionalizada em torno das dimensões programáticas mais relevantes dos principais partidos: política social, estratégias para o desenvolvimento econômico, regime político e predisposições morais e

valores. Analisando tanto a nível nacional como a nível territorial, utilizando dados procedentes de LAPOP, *World Value Survey* e a entrevista Elites parlamentares da Universidad de Salamanca, Luna finalmente comprova que suas conclusões se cumpriram também em outras democracias ocidentais atuais como França, Grécia e Itália.

Depois de identificar os mecanismos causais que explicam a criação de ligações entre partido e eleitor particularmente no contexto das sociedades desiguais, Luna conclui que os partidos políticos, assim como os políticos individualmente, tratam de construir sua base eleitoral a partir da representação ideológica, ou seja, representando os pontos de vistas e interesses de uma parte do eleitorado. No entanto, devido à desigualdade social, um voto programático não garante uma maioria eleitoral apenas para os partidos e candidatos que consigam segmentar seu eleitorado conseguem crescer. Define a segmentação como o processo a partir do qual os partidos políticos e os candidatos podem mobilizar diferentes partes do eleitorado com diferentes propostas. Tanto na esquerda como na direita aplicam-se essas estratégias, apesar de que, a primeira vista, poderia parecer mais difícil para a esquerda. Para alcançá-las, os partidos devem combinar a mobilização programática, produto das opiniões sobre a distribuição para mobilizar a maior parte do seu eleitorado e utilizar, ao mesmo tempo, variedade de estratégias eleitorais para mobilizar ou atrair outros grupos de votantes. Estas outras estratégias consistem na mobilização programática de temas alternativos (não distributivos), ou clientelistas, ou outros tipos de relações não programáticas. No entanto, como essas estratégias podem causar conflitos ou inconsistências no partido, o que seria visto negativamente, Luna defende que o êxito do partido dependerá da sua capacidade para harmonizar suas estratégias de segmentação, existindo finalmente uma estratégia geral coerente.

Por conseguinte, embora a literatura da Ciência Política tenda a defender que os vínculos entre eleitor e partido podiam ser exclusivamente programáticos, clientelistas ou personalistas, para Luna tanto os partidos como seus líderes individuais não se ajustam a um único tipo de vínculo pois transitam ou adotam diferentes tipos de vínculos em cada situação ou contexto. Assim, um mesmo partido pode estabelecer diferentes tipos de vínculo dependendo do segmento eleitoral e da estratégia de mobilização. Ao mesmo tempo, o autor afirma que o recurso da segmentação eleitoral é uma característica própria e duradoura nas democracias desiguais. Essa segmentação eleitoral surge de acordo com a adaptação dos partidos às diferentes oportunidades estruturais. São as condições internas e estruturais e os padrões de desigualdade social que moldam o tamanho e as diferenças sociais, de modo que cada segmento da sociedade se mobilizará e se sentirá identificado com diferentes assuntos, levando líderes e partidos a adotarem diferentes vínculos com cada segmento do eleitorado. Essa segmentação do eleitorado, para Luna, pode ser em termos socioeconômicos, dimensões territoriais ou ambos. Também pode estar segmentada segundo a religião e a etnia.

Logo, de acordo com as conclusões de Luna, os partidos nestas regiões têm incentivos e oportunidades diferentes para utilizarem diversos tipos de estratégias de mobilização. Os partidos criam estratégias que combinam vínculos dos três tipos: programáticos, clientelistas e carismáticos. Para tanto, a representação programática é a exceção e não a regra na América Latina (Luna, 2013:9). Aqueles partidos que não alcançarem segmentação e harmonizarem sua representação estarão condenados ao fracasso. Deve-se levar em conta que para alcançar ambos objetivos são necessários disciplina e compromisso dos ativistas e membros dos partidos; a posição do partido no

sistema e a quantidade de recursos que dispõem tanto materiais quanto simbólicos.

Deste modo, este livro contribui para a análise da mobilização eleitoral, criando um marco de análise sistemática para as estratégias segmentadas dos vínculos entre eleitores e partidos. Marco que permite estudar de uma maneira inovadora e compreender melhor as diferenças de representação política. Luna esclarece que as diferentes habilidades individuais do partido permitiram uma capacidade maior ou menor para estabelecer estratégias de vínculos mais complicados e adaptá-los com o passar do tempo às novas estruturas. Por outro lado, a inclusão da massa na política, contrário ao que poderia parecer a primeira vista, não tem como significado a diminuição das desigualdades sociais. A América Latina é um forte exemplo, sendo a região mais desigual do mundo, a implementação de políticas democráticas e a desigualdade tem convivido nas últimas décadas. Para tanto, segundo Luna, as políticas de redistribuição nas três últimas décadas tiveram um impacto limitado ao mesmo tempo em que os recursos e atitudes do candidato na hora de mobilizar o partido condicionaram a evolução do sistema de partidos.

Luna defende a coexistência de diferentes vínculos entre eleitor e partido naqueles países onde existe desigualdade, independentemente de serem democracias ocidentais ou recentes, e de serem partidos de direita ou de esquerda da escala ideológica, independentemente de outras variáveis, como existência ou não de federalismo, divisões ou clivagens religiosas ou étnicas, homogeneidade da população, etc. Assim, países como Brasil, Índia, El Salvador e Bolívia, muito diferentes entre si no que se refere aos seus sistemas políticos, apresentaram os mesmos mecanismos causais de criação de vínculos.

Por isso ao final do seu livro o autor deixa claro a necessidade de se fazer a análise combinada de variáveis históricas, sociais e institucionais para

comparar os partidos e que tipo de vínculos eles desenvolvem com as sociedades que estão inseridas. A proposta de análise dos partidos em sociedades com grandes diferenças sociais é importante, pois ressalta as diferenças destas com sociedades mais equânimes. O estudo apontado pelo autor é de fértil desenvolvimento e deve ser estudado de forma comparada acrescentando novos casos, com seus apontamentos teóricos de correlação entre as características sociais da sociedade e os vínculos partidários desenvolvidos pelos partidos. Bem como o caminho metodológico apontado, podemos traçar novas análises ao aprofundar nos estudos.

Em suma, pode-se concluir a análise teórica com os seguintes apontamentos: (1) partidos políticos conseguem implementar estratégias diferentes em sociedades segmentadas e com diferentes enfoques dependendo do contexto; (2) existem sociedades já segmentadas e sociedades que são segmentadas pelos partidos políticos; (3) a segmentação é uma faca de dois gumes, já que pode tanto favorecer a estratégia de um partido como dificultar a união de um país, causando possíveis rupturas na sociedade. (4) em sociedades segmentadas os líderes dos partidos assumem importância crucial, sendo necessário que estes possuam poder e recursos para conseguir manobrar o partido de forma a suprir as necessidades dessa sociedade em desalinho; (5) não só os partidos podem conseguir coesionar sociedades fragmentadas, o que pode se tornar um problema para estes.

O texto de Luna é rico e cheio de revisões teóricas importantes para pensar a relação entre partidos e sociedade. Esta é uma área pouco explorada pela Ciência Política até o momento, o que ressalta a importância desta obra. Tivemos várias ideias durante a leitura da obra e pretendemos com elas desenvolver novas pesquisas. Por tudo posto acima acreditamos que a obra merece a leitura.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Adriano Oliveira é mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, é professor adjunto do Departamento de Ciência Política e coordenador do Núcleo de Estudos de Estratégias e Política Eleitoral na mesma instituição. Autor de diversos artigos e livros sobre comportamento eleitoral. Dentre os quais: “Eleições não são para principiantes: interpretando eventos eleitorais no Brasil”, Editora Juruá, 2014.

Aldo Duran Gil é mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e doutor em Ciências Sociais pela mesma instituição. É Professor Associado I do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e coordenador do Grupo de Pesquisa Estado e Capitalismo na América Latina. Atualmente realiza o pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP com o Projeto Estado Dependente, Capitalismo e Democracia na América Latina.

Cláudio Júnior Damin é mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, atua como professor adjunto no bacharelado em Ciências Sociais e Ciência Política e na Pós-Graduação e Especialização em Políticas Públicas.

Fernanda Vasques Ferreira é mestre em Comunicação e Sociedade pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Atualmente, é doutoranda em Jornalismo e Sociedade na mesma instituição. Atuou como docente nos cursos de Jornalismo e Publicidade da Faculdade Facitec de 2005 a 2012 e no curso de pós-graduação em Assessoria de Comunicação da mesma Instituição. Participa de grupo do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política na Universidade de Brasília, na linha de pesquisa de Mídia e Política.

Gustavo dos Santos Cintra Lima é mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia e professor substituto no mesmo instituto.

Nelson Luis Motta Goulart é mestrando em Sociologia Política do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Atua nos campos da Sociologia e da

Ciência Política dedicando-se ao estudo do Desenvolvimento Socioeconômico e da Competição Eleitoral nos municípios brasileiros.

Nerea Ramírez é mestre em Análise Política pela Universidade Complutense de Madri (Espanha) e doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais. É pesquisadora no Grupo Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral. Seus estudos se concentram em partidos e comportamento político.

Paulo Victor Melo é mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professor substituto no curso de Gestão Pública na mesma instituição. É pesquisador no Grupo Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral e membro do corpo editorial do periódico *Em Debate*.

Vitor de Moraes Peixoto é mestre e doutor pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e coordenador do curso de Ciências Sociais.